

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

LEONARDO DOS SANTOS

**IDENTIDADE QUILOMBOLA: O OLHAR DOS ALUNOS, PAIS E
PROFESSORES SOBRE AS ESCOLAS QUILOMBOLAS DO
ENSINO FUNDAMENTAL EM PRESIDENTE KENNEDY-ES**

**SÃO MATEUS-ES
2020**

LEONARDO DOS SANTOS

IDENTIDADE QUILOMBOLA: O OLHAR DOS ALUNOS, PAIS E
PROFESSORES SOBRE AS ESCOLAS QUILOMBOLAS DO
ENSINO FUNDAMENTAL EM PRESIDENTE KENNEDY-ES

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da
Faculdade Vale do Cricaré, parcial para a obtenção
parcial do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

SÃO MATEUS-ES
2020

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

S237c

Santos, Leonardo dos.

Identidade quilombola: o olhar dos alunos, pais e professores sobre as escolas quilombolas do ensino fundamental em Presidente Kennedy - ES / Leonardo dos Santos – São Mateus - ES, 2020.

89 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

1. Educação quilombola. 2. Ensino fundamental. 3. Presidente Kennedy - ES. I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Título.

CDD: 371.829

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

LEONARDO DOS SANTOS

IDENTIDADE QUILOMBOLA: O OLHAR DOS ALUNOS, PAIS E PROFESSORES SOBRE AS ESCOLAS QUILOMBOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM PRESIDENTE KENNEDY-ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovado em 11 de maio de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador

Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)

Profa. Me. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)

Prof. Dr. André Luis Lima Nogueira Fundação
de Amparo à Pesquisa do Estado
do Rio de Janeiro (FAPERJ)

Dedico este estudo aos meus familiares, que não mediram esforços para que eu chegasse até aqui. Renunciaram a muitos sonhos pessoais para que pudesse realizar o meu.

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos quilombolas e professores das Comunidades de Boa Esperança e Cacimbinha, pela confiança na minha pesquisa.

Ao professor Sebastião, por me conceder a honra em ser seu orientando.

À minha mãe e meu pai – Amor sem medidas.

Às tias e primos, sobrinhas e sobrinho, pelo exemplo de superação.

Às minhas irmãs, pelo exemplo de união, para que eu não sucumbisse.

Aos amigos e colegas do mestrado, pela força e parceria.

A todos aqueles que acreditaram neste trabalho.

Muito obrigado!

“A educação é a arma mais poderosa
para mudar o mundo.”

Nelson Mandela

RESUMO

SANTOS, LEONARDO DOS. **Identidade quilombola: o olhar dos alunos, pais e professores sobre as escolas quilombolas do ensino fundamental em Presidente Kennedy-ES.** 2020. 89 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus-ES.

Esta pesquisa parte do interesse em compreender como vem sendo desenvolvida a educação nas escolas quilombolas do ensino fundamental nas comunidades Boa Esperança e Cacimbinha em Presidente Kennedy-ES. A pesquisa aborda a afirmação da identidade quilombola dessas comunidades, numa visão dos alunos, professores e pais (fazendo um parâmetro de observação com a relação familiar e seus professores) à luz de conceitos (de Identidade e Quilombo) para fundamentar o estudo ora proposto. A pesquisa é de natureza qualitativa, usando como instrumento de investigação entrevistas semiestruturadas e buscando evidências que revelem a percepção destes estudantes no que se refere à construção de sua individualidade quilombola. Essa compreensão parte da discussão sobre o significado de o estudo para esclarecer) questões referentes à construção identitária desses grupos sociais. Também permite concluir, no período analisado, a forma como a comunidade vem repensando a escola e problematizando a condução das políticas municipal, tornando-se protagonista nas decisões que envolvem os seus interesses. Com base nessas informações, é possível constatar que o interesse pela educação escolar quilombola ainda é muito incipiente: faltam incentivo, apoio e comprometimento dos responsáveis pela gestão municipal. Portanto, a afirmação dos direitos das comunidades quilombolas no campo educacional é perpassado por interesses diversos, entre os quais a negação desses direitos e a crença de que seja desnecessário ensinar História da África aos alunos quilombolas, o que contribuiria na afirmação da sua identificação. Esse processo deve perpassar diferentes conhecimentos e saberes, estratégias pedagógicas e recursos didáticos, assim como o combate a toda forma de discriminação e preconceito no ambiente escolar. Ademais, deve atravessar os muros escolares e ir ao encontro da comunidade que ali vive, na troca de conhecimentos, onde os pais têm muito a contribuir nessa construção.

Palavras-chave: Educação quilombola. Ensino fundamental. Presidente Kennedy-ES.

ABSTRACT

SANTOS, LEONARDO DOS. Quilombola's identity: the look of the students, parentes and teachers about the elementary schools in the city of Presidente Kennedy. 2020. 89 f. Master Dissertation of Science, Technology and Education – Vale do Cricaré College, São Mateus-ES.

This research is based on the interest in understanding how education has been developed in quilombola elementary schools in the communities of Boa Esperança and Cacimbinha in Presidente Kennedy-ES. The research addresses the affirmation of the quilombola identity of these communities, front the point of view of students, teachers and parents (making an observation parameter with the family relationship and their teachers) in the light of concepts (of Identity and Quilombo) to support the proposed study. The research has a qualitative perspective using semi-structured interviews as a research tool and it searches for evidences that reveal the perception of these students regarding the construction of quilombola's individuality. This understanding starts from the discussion about the meaning of the study to clarify questions regarding the identity construction of these social groups. It also allows concluding, in the analyzed period, the way the community has been rethinking the school and problematizing the conduction of the hall policies, becoming a protagonist in the decisions that involve its interests. Based on this information, it can be seen that the concern in quilombolas' school education is still very incipient: there is a lack of encouragement, support and commitment from those who manages this area in the hall. Therefore, the declaration of the quilombolas communities' rights, in the educational field, is permeated by diverse interests and among them the negation of these rights including the belief that it is unnecessary to teach África History to the quilombola's students what would contribute to their identification. This process may go through different knowledge and knowing, pedagogical strategies and didactical resources. It also may go against all forms of discrimination or prejudice in the school environment. Furthermore, it may cross over the school walls and meet the community that lives there through a knowledge exchanging where parents might have much to contribute to this construction.

Key-words: Cacimbinha. Boa Esperança. Education. Quilombolas. City of Presidente Kennedy-ES.

LISTA DE SIGLAS

Ceafro	Comissão de Estudos Afro-Brasileiros
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIB	Produto Interno Bruto
Pronea	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A ESCRAVIDÃO E OS QUILOMBOS NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA	16
2.1 A HISTÓRIA DA CONSTITUIÇÃO DOS QUILOMBOS NO BRASIL.....	17
2.2 NEGROS NO ESPÍRITO SANTO	23
2.3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: BOA ESPERANÇA E CACIMBINHA	28
2.4 ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A IDENTIDADE QUILOMBOLA	37
2.5 MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE	41
3 METODOLOGIA	46
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS PESQUISADOS	49
4.1 CARACTERIZANDO PRESIDENTE KENNEDY	49
4.2 CARACTERIZANDO A PRIMEIRA ESCOLA NO QUILOMBO	56
4.3 ANALISANDO OS DADOS	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS ALUNOS.....	75
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PAIS DE ALUNOS	76
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PROFESSORES.....	77
APÊNDICE D – FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS COM BASE NAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08	79
ANEXO A – SOLICITAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DO DECRETO À PREFEITURA	87

1 INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas no período colonial e imperial brasileiros foram vistos com muita desconfiança pela elite dominante, pelo medo que causavam em relação ao enfrentamento do sistema escravista. Dessa forma, quilombo era um termo relacionado a banditismo, crime. As comunidades remanescentes de quilombo permaneceram, durante muito tempo, cercadas de “invisibilidade”, legado concedido pela historiografia oficial. No passado, tal invisibilidade social era uma maneira de proteção contra as ameaças externas. Hoje, as comunidades negras desejam sair do antigo isolamento, lutando pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e de seus valores culturais.

Neste sentido Rios (2007, p. 110) adverte:

O que se busca assegurar é o respeito a essas comunidades, a possibilidade de que possam continuar se reproduzindo segundo suas próprias tradições culturais e assegurando, também, a sua efetiva participação em uma sociedade pluralista.

Na maioria das vezes, o que causa estranheza nessas discussões ligadas à identidade é a ausência de uma teoria da identificação e da diferença. Parece difícil que, numa perspectiva que se limita a anunciar a existência da diversidade, esta possa servir de base para uma pedagogia cujo centro seja a crítica política da identidade e da diferença. No olhar sobre a diversidade, a diferença e a identidade têm a tendência de naturalizar-se de forma cristalizada e efetiva.

Aparentemente esquecida depois da abolição da escravatura, seguida pela proclamação da República, a questão quilombola volta à tona desde a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, quando o termo passou a constituir uma categoria de acesso a direitos, e não simplesmente um passado rememorado. Assim, iniciou-se um processo de (re)construção da identidade quilombola.

O primeiro passo para a implementação da legislação foi definir o que significa remanescentes das comunidades de quilombos, expressão até agora inédita, que surge no art. 68 da Carta Magna Brasileira: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado lhes emitir os títulos respectivos”.

O termo é em si extremamente restrito: primeiro, a expressão remanescente faz menção a algo residual, em processo de desaparecimento; segundo, quilombo alude à ideia de algo coeso, unitário e fechado, além de um suposto isolamento geográfico e autossuficiência, pois a versão de quilombo que prevalecia no imaginário dos brasileiros, de modo geral, era Palmares¹ (LEITE, 2000).

Em outras palavras, identidade é um termo que não se refere a uma essência acabada e imutável que nasce com a pessoa, mas a um processo dinâmico de negociação no qual os indivíduos se constroem em estreita interação simbólica com outras pessoas. Por meio da capacidade de internalizar as normas e expectativas do grupo em que está envolvido, o indivíduo cria um diálogo reflexivo consigo mesmo, o que significa internalizar a linguagem comunicativa com os outros. Portanto, identidade é a capacidade de se tornar objeto de análise, construindo uma narrativa pessoal, uma autoimagem, com base em comparações que identificam semelhanças e diferenças com os outros (LARRAIN, 2003; GIMÉNEZ, 2007).

Dessa maneira, as identidades são coletivas porque os indivíduos que constroem suas identidades por meio do contato com outras pessoas se definem mediante certas categorias mais gerais e compartilhadas, cujo significado é culturalmente definido como classe, etnia, gênero, ocupação, religião (LARRAIN, 2003).

Esses elementos coletivos de pertencimento não representam identidades discretas, homogêneas e delimitadas (GIMÉNEZ, 2007), mas têm a capacidade de diferenciar-se do ambiente circundante, de estabelecer limites que são continuamente gerados e mantidos ao longo do tempo, por meio dos quais passa um sistema de relacionamentos e representações simbólicas, certo nível de participação emocional que permite ao indivíduo sentir-se parte de uma unidade comum. Por esse motivo, a identidade étnica nunca é totalmente negociável, ao contrário do que defende o movimento instrumentista, que resume tudo em uma simples equação de custo-benefício (GIMÉNEZ, 2007; POUTIGNAT, 1998).

¹ O Quilombo dos Palmares estava localizado na Serra da Barriga, numa vasta área coberta de palmeiras, pertencente ao estado de Alagoas, fronteiro a Pernambuco. Era o mais importante dos quilombos, formado na era colonial e resistido por mais de um século. As primeiras indicações de um quilombo na região datam de 1580.

Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente. A identidade simplesmente existe. É fácil compreender, a forma afirmativa como expressamos a identidade que tende a esconder essa relação. A identidade é a referência, é o ponto original, isso reflete a tendência a tomar aquilo que somos como norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos.

Cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade. A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados. [...]. A identidade destinada à resistência, leva à formação de comunas, ou comunidades [...] dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável. [...] A identidade de projeto, produz sujeitos, [...] sujeitos não são indivíduos, mesmo que considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência (CASTELLS, 2008, p. 25-26).

Assim sendo, a identidade é vista como reciprocamente determinada. Numa visão um pouco mais radicalizada, entretanto, seria possível dizer que, contrariamente à primeira vista, um olhar sobre a diferença viria em primeiro lugar. A identidade é uma criação social e cultural.

Dizer, por sua vez, que identidade é o resultado de atos de criação linguística significa dizer que ela é criada por meio de ato de linguagem. Isso parece uma obviedade, mas, visto que tendemos a tomá-las como dadas, como “fatos da vida”, com frequência esquecemos que a identidade tem de ser nomeada.

A definição da identidade brasileira, por exemplo, é o resultado da criação de variados e complexos atos linguísticos que a definem como diferente de outras identidades nacionais. Assim, esta pesquisa apresenta o seguinte problema: Os alunos das escolas municipais das comunidades quilombolas Cacimbinha e Boa Esperança em Presidente Kennedy-ES reconhecem-se como quilombolas?

Desse modo, delineamos objetivo geral desta pesquisa:

- Descrever a identidade quilombola dos moradores das comunidades quilombolas Boa Esperança e Cacimbinha no município de Presidente Kennedy-ES, sob a percepção dos alunos, pais e professores da rede municipal.

Já os objetivos específicos se constituem assim:

- Relatar a constituição dos quilombos no Brasil e no Espírito Santo.
- Apresentar as comunidades quilombolas Boa Esperança e Cacimbinha em Presidente Kennedy-ES.
- Descrever acerca da identidade quilombola, memória e ancestralidade.
- Sugerir cursos de formação continuada com base nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, extensivo a alunos e comunidade quilombola.

Esta pesquisa justifica-se pela presença atual do empoderamento negro, ao assumir seus cabelos, roupas, discurso mais consciente das novas gerações no que concerne a seu papel na sociedade. Há uma luta diária para manter a essência negra e todas as suas frentes, como a dança e a culinária nas referências negras de luta, nos materiais, griôs², ou seja, nos acervos materiais e imateriais em uma comunidade.

A discussão sobre a temática quilombo e quilombolas tem, a partir dos anos 1990, crescido no Brasil, e, dessa forma, muitos trabalhos foram realizados sobre esses temas, entre os quais selecionamos alguns para dar suporte à pesquisa.

O trabalho de Edimara Gonçalves Soares – Educação escolar quilombola: quando a diferença é indiferente em 2012 – buscou diagnosticar os efeitos gerados da implementação da política de Educação Escolar Quilombola no Estado do Paraná, no período compreendido entre 2009 e 2011, tanto nas escolas quilombolas quanto nas escolas que atendem as comunidades remanescentes quilombolas. Com base na observação de campo, entrevistas/questionários e no uso de um arcabouço teórico conceitual, a autora concluiu que é necessário elaborar uma política educacional direcionada às comunidades remanescentes quilombolas. Afirma a autora, ainda, que todo o investimento sobre a valorização e identificação quilombola que se realizou no Brasil dos últimos tempos redundou em um somatório de ações descontínuas e efêmeras, que, sem apresentar resistência, sofreu solução de continuidade com o governo e a política que lhe sucedeu, sem deixar nas comunidades forças e conhecimentos suficientes para que pudessem frutificar e seguir.

A pesquisadora Rosana trouxe uma visão de comunidade quilombola e a educação no campo, como é o caso das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy. Rosana Lacerda Monte Alto buscou compreender como a educação do

campo vem se dando entre populações quilombolas de uma comunidade de Minas Gerais (Comunidade Quilombola Justa I, situada no município de Manga-MG), como os remanescentes quilombolas educam e se educam em seu cotidiano e como a educação do campo vem dialogando com esses saberes e fazeres, com base nas “Histórias de vida”.

Os resultados da pesquisa apontam o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), no município de Manga-MG, que veio a fortalecer a educação do campo, à medida que forma profissionais da educação capazes de desenvolver um ensino voltado para o diálogo e a construção própria do conhecimento dessas comunidades quilombolas. As narrativas, as quais foram gravadas e transcritas, ilustraram um forte enraizamento dos participantes, e os dados foram analisados com base nos próprios conteúdos e nos referenciais teóricos.

Dessa forma, a identidade quilombola é afirmação, pertencimento de um legado e uma história que emana no Brasil há mais de 500 anos. Além do mais, é a memória coletiva na estrutura organizacional da comunidade quilombola, constituindo-se como elemento importante da tradição, das lembranças e das histórias do grupo, já que são atualizadas nas interações sociais e cotidianas. Nesse sentido, esta pesquisa debruçou-se sobre o que é identidade quilombola. Entendemos que tal identidade é aquela que expressa um modo de viver construído ao longo de toda uma história de resistência: é a ancestralidade negra expressa no nosso dia a dia, que vem da memória de homens e mulheres negros que vieram da África e foram escravizados no Brasil. Os quilombos eram locais de resistências, de luta, onde a condição de escravo não era aceita.

Identidade é pertencimento, é o contar sobre a sua ancestralidade a uma criança, fazendo-a entender seu papel na sociedade e seu histórico de luta e resistência. É o reconhecer da história que emana do povo negro neste país e carrega em si a essência da liberdade que está em cada um de nós, todos os dias, seja quando produzimos nosso alimento, dançamos jongo, praticamos capoeira, ou nos reunimos em uma roda de conversa com nossos mais velhos, para ouvir as histórias sobre as práticas e vivência dos nossos antepassados.

Nas comunidades quilombolas de Presidente Kennedy-ES, muitos dos elementos que constituem essa identidade, embora não estejam mais tão presentes nas práticas do dia a dia, encontram-se ainda nas memórias materiais e imateriais,

como a prática da dança do jongo, e no artesanato praticado hoje por seus descendentes. Na cultura afro-brasileira, na qual o jongo é até hoje praticado como forma de diversão pelos mais velhos e pelas crianças das comunidades, intensificadas nas memórias dos griôs² e no desejo das crianças, adolescentes e jovens em aprender mais sobre nossa história e tradição.

² **Griot** (também grafado griô, com a forma feminina griote), jali ou jeli (djeli ou djéli na ortografia francesa), é o indivíduo que, na África Ocidental, tem por vocação preservar e transmitir as histórias, conhecimentos, canções e mitos do seu povo* (mestres que transmitem saberes e fazeres oralmente).

2 A ESCRAVIDÃO E OS QUILOMBOS NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

As comunidades remanescentes de quilombola de Presidente Kennedy-ES, Cacimbinha e Boa Esperança, estão em ininterrupta construção de sua identidade, o que é motivo de interesse para a realização desta pesquisa. Essa compreensão parte da discussão sobre o significado de quilombo na atualidade, no qual procuramos contextualizar o estudo, para esclarecer questões referentes à construção identitária desses grupos sociais, num olhar dos alunos das escolas municipais das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy-ES, tendo a identidade quilombola como sua principal reafirmação de uma cultura de pertencimento do ontem para os vestígios de hoje. Além disso, o tema torna-se muito relevante se pensarmos a luta pela nossa identidade diante do atual contexto dos conflitos socioculturais.

A metodologia utilizada na pesquisa é de caráter qualitativo, realizada em âmbito nacional brasileiro, com a apresentação de dados que possibilitaram fundamentar as análises propostas, examinando materiais escritos, orientados principalmente por livros e artigos científicos normativos e publicados no país. Utilizando material publicado por autores que abordam o tema em estudo e analisando-os com base nas leituras. Ainda sobre a metodologia, foi aplicada à pesquisa a técnica de questionário para melhor resultado das análises e abrangência dos objetivos.

Em geral, identidade refere-se a uma parte mais individual do sujeito social, mas que ainda assim é totalmente dependente do âmbito comum e da convivência social. A identidade é entendida por aquilo que se relaciona com o conjunto de entendimentos de uma pessoa sobre si mesma e sobre tudo aquilo que lhe é significativo. Tal entendimento é construído com apoio em determinadas fontes de significado que são construídas socialmente, a saber: gênero, nacionalidade, classe social.

Existem duas distinções importantes: a identidade social e a autoidentidade. A identidade social especifica as características atribuídas a um indivíduo pelos outros, o que serve como uma espécie de categorização realizada pelos demais indivíduos, para identificar o que uma pessoa em particular é. O título profissional de advogado, por exemplo, quando atribuído a um sujeito, possui qualidades predefinidas no contexto social, que são atribuídas aos indivíduos que exercem essa profissão. Já o

conceito de autoidentidade (ou a identidade pessoal, “identidade quilombola”) especifica a formulação de um sentido único que atribuímos a nós mesmos e à relação individual que desenvolvemos com o restante do mundo. É um diálogo entre mundo interior do indivíduo e mundo exterior da sociedade que molda a identidade do sujeito que se forma ante suas escolhas no decorrer de sua vida.

Para melhor organização, este trabalho está estruturado da seguinte forma. Uma introdução, na qual apresentamos o problema, a temporalidade e a espacialidade da pesquisa, os objetivos, a justificativa, a metodologia e a forma como o trabalho está estruturado; no segundo capítulo, tratamos dos elementos que constituem uma discussão teórica sobre a identidade quilombola, especificando as comunidades de Presidente Kennedy-ES; no terceiro, abordamos a metodologia empregada nesta pesquisa, assim como as fontes utilizadas e uma contextualização sobre a cidade de Presidente Kennedy-ES; no quarto, discutimos a constituição dos quilombos no Brasil, os negros no Espírito Santo, as comunidades em estudo, no tocante à identidade, memória e ancestralidade quilombola; no quinto, foram discutidos e analisados os dados da pesquisa; por fim, apresentamos as considerações finais, as referências, apêndices e anexos.

A pesquisa ainda se propõe a apresentar à Secretaria Municipal, como produto final, sugestão de formação continuada aos professores das escolas quilombolas mediante as Leis 10.639/03 e 11.645/08.

2.1 A HISTÓRIA DA CONSTITUIÇÃO DOS QUILOMBOS NO BRASIL

A Fundação Cultural Palmares (FCP), fundada, em 22 de agosto de 1988, pelo governo federal, é a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira e vinculada ao Ministério da Cidadania³. Ao longo dos anos, a FCP trabalha para promover uma política cultural igualitária e inclusiva que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais.

³ BRASIL, 2016.

Desde de 2003, por meio do § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, é reservada à Fundação Cultural Palmares a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Informações constantes no site oficial da FCP dão conta de que até o ano de 2019 foram emitidas 3.271 certificações para comunidades quilombolas, documento este que reconhece os direitos das comunidades e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal (BRASIL, [s.d.], [s.p.]).

Por ser referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras e no apoio e difusão da Lei 10.639/03, a FCP já distribuiu publicações que promovem, discutem e incentivam a preservação da cultura afro-brasileira e auxiliam professores e escolas na aplicação dessa lei.

Estudos recentes revelam que a resistência dos escravos foi feroz e constante: milhares de negros lutaram de todas as formas contra os horrores que o destino lhes reservava. A fuga, solitária ou coletiva, não era a única forma de rebelião: houve incontáveis casos de escravos que quebraram ferramentas, incendiaram senzalas, dispersaram rebanhos ou atacaram seus feitores e/ou mataram seus senhores. Outros buscaram as acomodações, as negociações, ajustando situações que eram satisfatórias para senhores e escravos.

Onde houve escravidão, houve resistência. Evidentemente a forma mais comum de protesto contra a escravidão era a fuga. Apesar do rigor das punições (que incluíam a marcação com ferro em brasa, o açoitamento e até o corte do tendão de Aquiles), milhares de negros tentaram escapar das senzalas, e muitos conseguiram, ainda que grande parte fosse recapturada pelos capitães do mato, terríveis caçadores de homens quase infalíveis (a maioria negros). Os que conseguiam fugir embrenhavam-se nas matas, fundando várias centenas de comunidade denominadas quilombos, espalhados por todo o interior do Brasil. Somente em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil reconheceu o direito dessas comunidades negras (quilombolas) às terras em que vivem até os dias de hoje.

O Quilombo dos Palmares, o maior de todos os quilombos, foi erguido em 1602 com significativa população formada de negros de todas as raças, índios e até brancos fora da lei. Localizava-se na Serra da Barriga, cerca de 90 quilômetros a noroeste de Maceió (Alagoas) e tinha uma área de influência de 200 quilômetros quadrados (Pernambuco e Alagoas).

Foi atacada 25 vezes pelas expedições oficiais da Coroa Portuguesa, sendo os primeiros ataques formados por tropas holandesas (1645), posteriormente (1692) por tropas portuguesas/brasileiras comandadas por Domingos Jorge Velho. Após quase um século de existência, foi destruído em 1694. Nesse último ataque, Zumbi escapou do cerco, mas foi morto em 1695 e sua cabeça ficou exposta em praça pública.

Representaram os quilombos as mais fortes expressões da resistência oposta pelos negros ao cativeiro que lhes era imposto pelos brancos. Houve quilombos por todo o Brasil Colônia e Império. Para o poder colonial, destruir Palmares era mais que uma necessidade imposta pelas regras do projeto colonial: era uma questão de honra.

Eram as terras pernambucanas, no fim do século XVI, as mais prósperas das novas colônias portuguesas. Fazia poucas décadas que os portugueses tinham pisado ali, mas a Capitania de Pernambuco já era politicamente relevante. Havia 66 grandes engenhos na região e, no litoral, toda uma estrutura de suporte, criada para permitir o escoamento dos produtos. O trabalho frenético dos engenhos refletia-se na cidade do Recife, cada dia mais estruturada e organizada.

Ocorria o oposto no sul do país, onde os poucos europeus ali chegados ainda lutavam para conquistar a terra e se instalarem de forma definitiva. Eram fundamentalmente desbravadores. Aliás, sua fama de conquistadores tinha ultrapassado as fronteiras da região. Em todo o país, dizia-se que os paulistas eram homens valentes e grandes lutadores. Registra Prado Jr. (1987, p. 152) que cronistas escreviam que eles eram “[...] criados entre as brenhas, como feras”.

Sobre essa questão, Novais (1989, p. 74) ressalta:

Foi essa reputação guerreira que, na segunda metade do século XVII, levou o governador de Pernambuco a procurar o bandeirante Domingos Jorge Velho, chefe de um bando paulista em ação no interior brasileiro. Queria resolver seu problema maior. Para ele, Palmares já estava deixando de ser preocupação para virar verdadeiro pesadelo.

Falava-se muito de Palmares nesses quilombos, mas, sobretudo, destacava-se a fama de Palmares entre todos, e sua localização era incerta. Era lá nas montanhas, na parte superior do rio São Francisco, mata fechada, inacessível. Diziam que precisava dias e mais dias para chegar até esse lugar. Não eram só histórias. Palmares havia surgido no fim do século XVI, quando os primeiros negros ali se

refugiaram. Desde então, o mito de Palmares não havia feito outra coisa senão crescer. Em 1630, as autoridades pernambucanas calculavam que o Quilombo de Palmares contava uma população superior a três mil pessoas. Apoiavam-se no número de fugas escravas que diariamente deviam registrar.

Independente do mito, o quilombo de Palmares representou uma estrutura alternativa à sociedade colonial. Os negros viviam da agricultura. Uma agricultura, por sinal, mais avançada que a da colônia. O mundo escravocrata só conhecia a produção de açúcar. Em Palmares plantavam-se milho, mandioca, feijão, cana, legumes, batatas, frutas (BOSI, 2000, p. 74).

Na visão de Gomes (2017), Palmares tinha leis que possivelmente regulamentava a vida das pessoas, algumas, inclusive, bastante rígidas. Roubo, adultério, deserção ou homicídio eram punidos com a morte. As funções sociais estavam definidas. A autoridade era reconhecida por todos. As decisões mais importantes eram tomadas em assembleias, das quais participavam todos os habitantes adultos.

Mais do que isso, Palmares não era apenas uma cidade. Chegava a ser uma rede de cidades. Na metade do século XVII, contava 11 povoados. Macaco, na Serra da Barriga, era a capital e possuía 1.500 casas, de ambos os lados de ruas espaçosas. Os artesãos trabalhavam em suas oficinas, e, enquanto outros plantavam e colhiam, as crianças brincavam livres (GOMES, 2017). Depois, havia Amaro, com 5 mil habitantes e uma estrutura igualmente organizada; Subupira, a 36 quilômetros de Macaco, e ainda Zumbi, Tabocas, Acotirene, Danbrapanga, Sabalangá, Andalaquituche. Estimava-se, em 1678, a população de palmarenses em 20 mil habitantes. O governador de Pernambuco acreditava que essa população ultrapassava os 30 mil habitantes. Uma multidão de gente que, além de pôr em xeque o projeto colonial, ameaçava fisicamente a sociedade pernambucana. Era preciso esmagar Palmares, custasse o que custasse. A Coroa já tinha dado essa ordem em diferentes ocasiões (SODRÉ, 1997).

Havia, ainda, a questão do mito, que incomodava mais que qualquer coisa. Nos engenhos e senzalas, Palmares era sinônimo de Terra Prometida, e Zumbi, considerado imortal, era visto como seu guardião fiel e valente. Para destruir o quilombo, o poder colonial organizou 16 expedições oficiais, das quais 15 fracassaram. Parecia que as montanhas eram intransponíveis. Contribuíam para

dificultar o acesso a Palmares as montanhas em torno e, sobretudo, as estratégias militares adotadas pelos negros ali refugiados. O exército de Palmares era competente, embora carente de armas e munições. Tinha estabelecido seu quartel general em Subupira, um povoado de 800 casas, todas cercadas de madeira, pedras e armadilhas. Chegar até Subupira era muito difícil. Superar os obstáculos e entrar na fortaleza era quase impossível.

A tarefa de destruir Palmares foi confiada pelo governador de Pernambuco a Domingos Jorge Velho, um bandeirante paulista sem escrúpulos, especialista na caça aos índios e líder de uma tropa de renegados. Um bispo da época deixou escrito que Jorge Velho era um dos maiores selvagens com quem ele tinha topado. Comandava um pequeno exército de 2 mil homens, armados de arcos, flechas e espingardas (SODRÉ, 1997, p. 98).

Palmares foi o mais célebre de todos os quilombos. Foi criado no fim do século XVI por um grupo de escravos fugitivos numa das áreas mais férteis do Nordeste do Brasil. Com o passar dos anos, o quilombo cresceu de forma extraordinária, chegando a ocupar uma área semelhante à de Portugal e ameaçando consolidar-se como uma República Negra, com uma população estimada entre 30 e 50 mil pessoas (CASTRO, 2001).

Assim, perdurou mais de 300 anos a escravidão negra no Brasil – um dos últimos países do mundo a decretar sua abolição. Durante todo o tempo que perdurou o regime servil, não foram pacíficas nem ordeiras as relações entre os senhores escravocratas e a população negra oprimida, que desenvolveu inúmeras formas de resistência e luta tanto na cidade quanto nos campos. Representava a liberdade um sonho constante na cabeça dos homens e mulheres privados do direito de determinar o seu destino. Ante o terror instituído da escravidão, eram comuns as reações desesperadas e violentas, tais como a fuga sistemática das fazendas, o assassinato de feitores e de famílias inteiras de fazendeiros e/ou só de forças espirituais. Somados a isso, os movimentos de rua com a participação dos negros livres nas grandes cidades criavam um estado permanente de pânico entre os senhores.

Foi o abolicionismo temido pelas elites que estimulou as campanhas dos intelectuais e setores médios da população nos centros urbanos. Na verdade, temiam uma rebelião generalizada, como ocorrera no Haiti, em 1792, principalmente após a Revolta dos Malês da Bahia em 1835, cujo lema era: “Morte aos brancos, viva os

nagôs!”. As reações coletivas são as que mais se destacaram na repulsa à escravidão no Brasil, e os escravos lutaram durante todo o tempo que houve a escravidão com os quilombos, insurreições, guerrilhas, insurreições urbanas. Entre as rebeliões negras, uma das mais importantes foi a Revolta dos Búzios (1798), que envolveu escravos e libertos e se destacou inclusive por defender um programa que incluía a abolição da escravatura. Onde houve escravidão, houve resistência (VIANNA, 1987).

Foi uma das primeiras e seguramente a maior e mais duradoura de todas as revoltas escravas no Brasil. Segundo Freitas (2004, p. 183), “[...] os homens que se congregaram e lutaram nas serrarias do norte de Alagoas e sul de Pernambuco durante o século XVII não faziam distinção entre colonialismo, por exemplo, o português ou o holandês”. Para eles, eram iguais.

O Brasil colonial não hesitou em reprimir Palmares com energia e violência. Durante aproximadamente cem anos, os palmaresenses resistiram a inúmeras expedições militares, organizadas pelos portugueses e holandeses, utilizando amplamente táticas de guerrilhas. Por fim, em fevereiro de 1694, uma poderosa investida de 9 mil soldados conseguiu destruir o Quilombo dos Palmares.

Zumbi, o último grande líder palmaresense, consegue escapar e, com um reduzido grupo de remanescentes, mantém a resistência. Perseguido durante 20 meses, é assassinado em 20 de novembro de 1695. Sua cabeça foi cortada e exposta em lugar público de Recife, velha prática das elites para com os líderes populares: Manuel Faustino, Lucas Dantas, Luiz Gonzaga e João de Deus (Búzios), Antônio Conselheiro (Canudos), Tiradentes (Inconfidência Mineira) e Osvaldo Orlando da Costa (Guerrilha do Araguaia) (VIANNA, 1987, p. 358).

Vianna (1987) também afirma que a importância de Palmares, mais que guerreira, advém do seu reconhecimento como um símbolo de resistência e superação de um povo que, durante quase quatro séculos, não se curvou perante forças tão poderosas.

A sociedade brasileira é organizada com base em uma mítica democracia racial, que tem como pressuposto a supremacia branca, exercida do topo da hierarquia social. É isso o que explica o fato de os negros e as negras, mais de um século depois da propalada abolição, continuarem vivendo, em sua grande maioria, na deplorável condição que lhes reserva a estrutura política e econômica deste país. A discriminação racial perdura ainda hoje, a despeito da ação cada vez mais ofensiva

dos Movimentos Negros, do movimento de retomada das terras de quilombos e do crescimento da consciência dos afro-brasileiros sobre a violência do racismo no Brasil e da necessidade de continuar a luta por liberdade e respeito à diferença.

2.2 NEGROS NO ESPÍRITO SANTO

Quando falamos sobre a história do negro e o negro na condição de escravos no Espírito Santo, acompanhamos uma obra importante, a de Cleber Maciel (1994), segundo o qual, no território capixaba do século XIX, podiam ser encontrados africanos escravizados com negros transferidos, principalmente da Bahia e de outras regiões do Nordeste, Rio de Janeiro e Minas Gerais. De acordo com ele, ainda significa que, para compreender a origem dos negros capixabas do século XX, se deve também considerar a movimentação migratória dos grupos negros que chegaram de outras regiões do país e as miscigenações diversas ocorridas ao longo do tempo.

No livro “Negros do Espírito Santo”, o professor relata que, durante o século XVI, a maioria dos escravos chegados ao Brasil, entre a Bahia e o Rio de Janeiro, eram os sudaneses que vinham embarcados nos portos da Guiné, por isso também conhecidos como negros da Guiné, entre os quais se destacavam os Fulas e os Mandingas, usados, em geral, como lavradores; os jalofos, como trabalhadores nos engenhos de cana-de-açúcar e como ferreiros; os haussás; os iorubás, também chamados nagôs; os daomeanos; os bornuse; e os achantis, quase todos muçulmanos. Também vieram, em menor escala, muitos bantos dos grupos quimbundos, congos, angolas, benguelas e cabindas. Já durante o século XVII, a maioria dos escravos africanos trazidos para o Brasil eram bantos. Com certeza, muitos dos grupos conhecidos como congos e crioulos foram desembarcados nos portos de São Mateus e Vitória.

Esses escravos bantos também eram chamados de Angola, porque a maioria era embarcada nos portos dessa região da África. Ao longo do século XVII até o fim do tráfico, no século XIX, parte dos escravos era embarcada nos portos de Costa da Mina e no golfo de Benim, por isso eram chamados de Minas, entre os quais havia bantos e sudaneses, estes últimos constituindo quase 70% do total e destinados, em grande parte, para os trabalhos na mineração, na lavoura, nas manufaturas e nos

serviços domésticos. Nesse período, havia também muitos portos de embarque nas regiões de Angola e Moçambique, e os escravos eram classificados genericamente por esses nomes.

Da mesma forma, havia diversos portos nas áreas do Norte da África, onde esses escravos eram embarcados. Dos portos de Omim e Ajudá saíram os últimos navios negreiros que fizeram o comércio legal e contrabando de escravos no litoral do Espírito Santo, onde foram desembarcados muitos nagôs, haussás, tapas e jepes, todos sudaneses, e não bantos, mesmo que classificados pelos comerciantes como escravos oriundos de Angola e Moçambique. Negros bantos ainda podiam ser encontrados até 1920, na Bahia. Em geral, falavam, no mínimo, duas línguas africanas diferentes, da mesma forma que os congos, os angolas e os nagôs.

Para demonstrar a grande presença banta no Brasil, cita-se um estudo feito em 1817 e considerado um dos mais completos sobre o tema.

[...] os portugueses, [...] são entre todas as nações os que têm o mais desenvolvido tráfico de escravos. Estabelecidos a mais de três séculos em diversos pontos da costa africana, fundaram aí o seu domínio [...] e as suas principais colônias no Reino de Angola, [...] em Benguela, em Moçambique e nas Ilhas da Guinéia, de Fernando Pó, da Ilha do Príncipe, de São Tomé e do Ano-Bom, [...].Do mesmo modo mantêm forte comércio com as regiões orientais... até o interior do continente, os portugueses de São Paulo de Loanda, capital do Reino de Angola, [...] os escravos embarcados em Angola e de ordinário denominados somente angolas, descendem das tribos dos ausazes, pimbas, schingas e tembas. Os primeiros, mais civilizados, estão mais familiarizados com a língua portuguesa do que os outros. Ao norte dessas regiões o denominado Reino do Congo é muito frequentado pelos traficantes de escravos, os portugueses, porém, não têm aí nem domínio nem colônias próprias, mas ancoram seus navios na Baía de Cabinda, Aí recebem eles os escravos que lhes são trazidos das províncias do norte, Loango e Cagongo, e vão buscar outros dos portos do rio Zaire ou Congo, onde os negociam com os chefes do lugar. Os negros que são enviados daí para o Brasil chamam-se comumente cabindas ou congos. Estes são um pouco mais fracos e baixos do que os acima mencionados, de cor menos preta. Muitas vezes os traços do rosto diferem de um modo notável do tipo etíope. São muito apreciados por serem aptos à lavoura (RODRIGUES, 1977, p. 114 - 115).

No Espírito Santo, pode-se dizer que a importação direta de africanos foi desde 1621. No entanto, já existiam escravos africanos antes, talvez desde 1540, com o início do plantio de cana-de-açúcar.

É difícil hoje precisar a origem dos escravos que vieram nos primeiros tempos da colonização para a Capitania do Espírito Santo, muitos dos quais, porém,

provavelmente eram os chamados sudaneses muçulmanos. De acordo com Nara Saletto (1985, p. 27-28):

São Mateus era o maior centro capixaba de escravos e para lá se concentrava a migração dos baianos. Para Castelo, Itabapoana, Itapemirim e margens do Santa Maria da Vitória desciam os mineiros fundadores de florescentes fazendas, providas de grande escravaria cujos braços garantiam a abastança dos senhores, [...] no Itapemirim, a concentração dos escravos na agricultura já era um fato em 1874, pois havia apenas 52 deles na cidade, e 88% da população escrava ativa era de lavradores.

Assim, falar da origem dos negros capixabas é pensar os remanescentes de muitas culturas e etnias africanas, evidenciando que o Espírito Santo sempre teve importante contingente populacional negro, concentrado em três áreas, historicamente consideradas como bases da riqueza econômica até, pelo menos, o fim do século XIX.

No século XIX, em 1856, a população da capitania, conforme informa o chefe de Polícia da Província, totalizava 49.092 habitantes, sendo 36.823 livres e 12.269 escravos. Pelo relatório do presidente da Província em 1871, a população era de 70.585 habitantes, sendo 51.825 livres e 18.760 escravos.

[...] afinal, em termos gerais, eles eram sempre maioria entre os escravos e todas as suas taxas de masculinidade eram superiores às dos crioulos, em qualquer faixa de plantel ou intervalo de tempo. Isto é bastante lógico, aliás, visto que, na primeira metade dos Oitocentos cariocas, de cada quatro africanos comercializados no mercado do Valongo – em sua maioria recém desembarcados da África –, nada menos do que três eram homens (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 64).

Como quase não há mais informações sistemáticas sobre a cor das pessoas, fica difícil saber como foi a mobilidade censitária da população negra depois do fim da escravidão.

Se, antes de 1888, os dados eram imprecisos, depois dessa data ficaram muito mais, porque a maior parte das pesquisas sobre o número de pessoas não fazia referência à cor da pele. Com base nos dados estatísticos antigos, os censos, mesmo que não houvesse a cor especificada dos recenseados, certificavam-se do número mínimo de negros, tomando por base o quantitativo de escravos. Isto é, o número de escravos era o limite mínimo para pensar o número de negros. Após 1888, sem

escravidão, quase não era possível saber o número mínimo de negros.

Após 1850, mesmo com o fim do tráfico, os portos das regiões de Itapemirim, Vitória, São Mateus e Guarapari ainda recebiam muitos escravos via contrabando. É necessário lembrar que falar em áreas de concentração não significa afirmar que fora delas não havia negros.

A região de Vitória, área de povoamento antigo e sede da capital, estava entre aquelas abarrotadas de escravos, nas primeiras décadas do século XIX; eles constituíam 40% da população nos censos de 1824 e 1872 e a região concentrava mais da metade dos escravos da Província, cerca de 7.000, num total de 13.00021 (NOVAES, 1963, p. 55).

Desde a segunda metade do século XIX, as fazendas de café das regiões central e sul superaram as de cana-de-açúcar, possibilitando que praticamente dobrasse o número de negros nessas áreas. É impossível não fazer referência a Vilma Paraíso Almada (1984), segundo a qual o Espírito Santo era, no período escravista, uma província essencialmente agrícola e apoiada na força de trabalho dos escravos.

Visto que, em 1850, o tráfico de escravos via Atlântico foi extinto, o número de escravos no Espírito Santo tendeu a crescer de duas formas: escravos que chegavam por meio do tráfico interprovincial, sobretudo do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco; e escravos vindos com os fazendeiros de Minas Gerais e do Rio de Janeiro que acompanhavam seus senhores que se deslocaram para o sul do Espírito Santo (ALMADA, 1984), uma vez que aqui as terras eram vendidas por preço bem inferiores.

Para Merlo (2008), o número de escravos tendeu a crescer muito no Espírito Santo, sobretudo no sul da província, em razão da constituição de famílias escravas; portanto, o crescimento endógeno foi mais importante para o crescimento do número de escravos que os fatores exógenos.

Nesse caso, é necessário destacar que os negros exerceram todos os tipos de trabalhos rurais e urbanos existentes. Contudo, é importante destacar que muitas dessas atividades requeriam inteligência, iniciativa e conhecimentos técnicos, tais como: o extrativismo mineral e vegetal; os serviços domésticos de todos os níveis; o artesanato e as manufaturas com argila, madeira, couro e metais; os trabalhos como tripulantes de embarcações fluviais e marítimas; pescadores; artistas; ferreiros; consertadores de armas e serralheiros; criadores de animais.

Almada (1984), ao escrever sobre o escravismo no Espírito Santo, afirma que todas as atividades produtivas constituíam trabalhos para negros; logo, pode-se dizer que foram eles os construtores da base da riqueza capixaba, fossem escravos, fossem livres. Em uma fazenda escravista, um dia de trabalho para os negros poderia ser assim: acordar às 5 horas; depois da higiene pessoal, café com broa de milho; uma reza; e trabalho até as 9 horas. O almoço, quando servido, era quase sempre de forma coletiva, ou seja, em grandes gamelas, uma espécie de bacia feita de madeira. Por volta do meio-dia, havia uma merenda de café com batata assada, banana-da-terra ou angu.

Houve casos de senhores que, em ocasiões especiais, até davam presentes a seus escravos, acompanhavam suas festas ou até mesmo batizavam seus filhos. Era comum os senhores procurarem desenvolver certo paternalismo no tratamento de seus trabalhadores escravos ou livres, pois isso lhes assegurava, às vezes, a fidelidade e o apoio do trabalhador, evitando fugas e suavizando as relações entre senhores e escravizados.

Houve casos de senhores que não reprimiam as manifestações culturais negras e até mesmo gostavam de vê-las, divertindo-se com elas. Nesse quadro, enquadravam-se os senhores da Fazenda Monte Líbano em Cachoeiro de Itapemirim. Entretanto, essa não era a regra. A maioria dos senhores procurava economizar o máximo na alimentação de seus trabalhadores e explorar o seu trabalho, inclusive evitavam dar as folgas dos dias santos e domingos, não permitindo que eles plantassem ou tivessem uma folga para cuidar das próprias roças.

É importante ressaltar que os castigos, cruéis e variados, não destruíram o espírito de luta, a vontade de viver e a dignidade dos negros, sendo demonstrado pela variedade, diversidade, competência e seriedade com que, mesmo sob péssimas condições, os negros realizavam seus trabalhos e tentavam organizar sua vida e famílias da melhor forma possível. Alguns escravos lutavam para ter sua alforria, e muitos fazendeiros e senhores de escravos recusavam-se a vender a liberdade para seus escravos e, quando os vendiam, procuravam superfaturar os preços (ALMADA, 1984).

Segundo Osório, Bravin e Santana (1999), há quem diga que a Lei Áurea de 1888 pôs fim ao período escravocrata, provocando mudanças na forma de a sociedade olhar os negros, deixando de vê-los apenas como escravos, passando, a

partir de então, como um cidadão comum. Todavia, preconceito contra os negros na condição de escravos da sociedade brasileira em relação a esse segmento social continuou pautando-se pelo preconceito, e podemos dizer que até hoje é perceptível o preconceito ainda vivenciado pelos negros. Após a abolição, ante a inexistência de uma política pública que permitisse, como era feito em relação aos imigrantes europeus, a possibilidade de aquisição de terras, muitos escravos saídos das fazendas ou de residências dos seus ex-senhores das áreas urbanizadas, muitos ex-escravos optaram por viver em comunidades de quilombados. Nessas comunidades, buscavam fugir do estigma da condição de escravo. Ali viveram por muito tempo, assim como o fizeram seus descendentes.

Pretendemos desenvolver nossa pesquisa sobre esses descendentes de quilombados de Presidente Kennedy, por meio da qual buscamos compreender as representações que os negros das comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha fazem de si mesmos, sob a identificação de quilombola.

2.3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: BOA ESPERANÇA E CACIMBINHA

Nesta pesquisa, dois conceitos são a base de análise: o primeiro é a identidade, que pode ser definida pelos meios pessoal e coletivo; o segundo é o da memória. Vejamos o conceito de identidade, uma vez que levamos em conta a dimensão ampla e geral de um processo educativo em que se pretende privilegiar a educação tanto dentro da instituição escolar como nas comunidades quilombolas, tentando, porém, compreender este processo cultural inserido e articulado com os demais espaços de aprendizado. A escola X da comunidade é vista como meio de aprendizagem e compartilhamento de saberes, bem como valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de classe, de idade. É essa a visão de um processo educativo e sua relação com a cultura e com a educação numa visão de empoderamento com uma visão ampla que nos permite aproximar e compreender melhor os caminhos complexos que envolvem a construção da identidade quilombola. Sua articulação com os processos de formação, seja ele identitária de empoderamento comunitário, seja um processo formativo do professor, essa visão nos possibilita compreender a presença da importância educacional em diferentes espaços sociais, mas não somente no interior escolar e sim abrangendo toda a comunidade quilombola.

A identidade quilombola se articula com a cultura e com a educação num caminho de possibilidades a ser considerado e refletido, seria não pensar a identidade como única, mas possível de ser construída pelos sujeitos pertencentes a esse grupo do quilombo.

Hall (2014, p. 24) afirma:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo 'imaginário' ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre 'em processo', sempre 'sendo formada'.

Assim, podemos dizer que a identidade quilombola é uma das múltiplas identidades sociais construídas. A reflexão sobre essa construção da identidade quilombola não pode abstrair da discussão sobre a identidade como um processo amplo, com sua complexidade. Esse processo possui suas grandezas pessoais e sociais que, de forma alguma, podem ser reparadas, pois estão interligadas, de modo que se constroem na vida social.

Os moradores mais velhos dos quilombos conservam a memória histórica da comunidade, relatando como eram as manifestações culturais e lembrando costumes. Com o passar do tempo, a comunidade diversificou sua cultura em alguns aspectos, assimilando costumes de outros povos. Essas transformações extinguiram a prática de religião africana, bem como algumas manifestações culturais remanescentes, o que impediu que as gerações atuais conhecessem algumas de suas tradições. A manifestação cultural do jongo, entretanto, resistiu às mudanças do tempo, embora sua realização não seja frequente.

As comunidades Boa Esperança e Cacimbinha buscam, ainda que timidamente, a afirmação de sua identidade e de seu novo olhar sobre as políticas públicas e das inovações. É notória a relação intrínseca entre Boa Esperança e Cacimbinha, de modo a observar que, embora sejam reconhecidas e identificadas pela Fundação Palmares como duas comunidades quilombolas distintas, o modo de vida e as características de ambas se unem em um só povo, que, mesmo demonstrando a falta de conhecimento sobre a própria identidade, manifesta sinais de conhecimentos dos seus direitos e deveres numa conquista por políticas públicas

acompanhadas de um novo olhar pela sua negritude.

As situações observadas nesses grupos permitem delinear marcas identitárias desse povo. Não obstante o fato de visualizarmos tratar-se de uma comunidade tradicional quilombola, é visível a transformação política da comunidade nas suas discussões pela busca de políticas públicas que, de modo geral, têm atingido os objetivos defendidos pelos moradores. A sua formação identitária e busca pelo conhecimento não devem ser compreendidas como algo constituído, mas concebidas como uma permanente construção.

Essas comunidades, como não poderiam deixar de ser, vêm incorporando tecnologias que são próprias do mundo moderno, o que demonstra que o mundo digital, nos dias de hoje, é algo inevitável. As tecnologias presentes na vida da comunidade conferem um número representativo de pessoas do local com aparelhos de celular e a escola utilizando *wi-fi*. Sua utilização é uma realidade que proporciona benefícios extraordinários, possibilitando a comunicação virtual por meio de chamadas de vídeos para a comunicação inclusive com parentes que moram fora do estado e país.

Assim, o entendimento acerca da inserção das políticas públicas das comunidades quilombolas estudadas passa pela discussão das relações de poder ao longo da história dos quilombos e de sua resistência. Os remanescentes de quilombos, objeto desta pesquisa, localizam-se nas comunidades de Boa Esperança e Cacimbinha, a 15 quilômetros da sede do município de Presidente Kennedy, interior do sul do Espírito Santo. São comunidades rurais, distantes 2,5 quilômetros da rodovia ES-462, no sentido Presidente Kennedy–Marataízes–Rio de Janeiro. Composta por uma população 98% negra, a comunidade foi reconhecida como quilombola, em 23 de agosto de 2005, pela Fundação Cultural Palmares.

As memórias narradas pelos moradores mais antigos, os chamados griôs, revelam a origem das comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha, com informações que remontam às suas formações. Embora isso seja tomado por moradores como verdade, são apenas hipóteses, pois não há registros escritos relativos à origem das comunidades. Aliás, toda a história que se sabe, até hoje, sobre a origem dessas comunidades foi construída oralmente.

Segundo afirma Carvalho (2000, p. 61), obtêm-se, por meio das entrevistas,

[...] certos ingredientes da memória oral, da história oral, da movimentação geográfica, ingredientes esses que poderão ser utilizados mais diretamente num confronto mais instrumental, pois cabem mais facilmente à formulação de laudos, e podem conferir com a documentação da época gerada por historiadores e viajantes.

Le Goff (1994, p. 423) afirma que o conceito de memória é crucial:

[...] como propriedade de conservar certas informações, a memória remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

No entanto, cabe aos profissionais da história, sociologia, antropologia e demais ciências correlatas trabalhar na democratização da memória como um documento da sociedade, readquirindo o conhecimento não oficial, resguardando e representando a consciência individual ou coletiva dos membros da comunidade.

Sobre as terras hoje ocupadas pelas comunidades negras em estudo, a versão mais conhecida é que foram doadas, no passado, a um africano, filho de escravizados, que, quando alforriado, recebera a doação como gratificação pelos anos de bons serviços prestados. Esse teve cinco esposas, dando origem, assim, às famílias da região e povoando as terras.

Outra versão indica a possibilidade de a comunidade ter sido originada de quilombos formados por negros, na condição de escravos, fugidos dos engenhos de cana-de-açúcar existentes em Campos dos Goytacazes-RJ. Apesar de pouco abordado, entre as versões há registro de que se refere à Fazenda Muribeca, que, situada nas proximidades da costa, mas longe da capital Vitória, era em princípio o centro de todas as atividades rurais da Companhia de Jesus no Espírito Santo (BALESTRERO, 1979).

Considerada como a maior fazenda de religiosos no Espírito Santo, Muribeca foi administrada por jesuítas no século XVII. Segundo Maximiliano (1989), lá trabalhavam cerca de 300 negros na condição de escravos que possivelmente teriam

dado origem à comunidade quilombola Boa Esperança e Cacimbinha.

Existem aí [em Muribeca], ainda, trezentos escravos negros, entre os quais, porém, não há mais de cinqüenta capazes [...]. O trabalho é bastante árduo para os escravos; consiste principalmente em derrubar as matas. Plantam-se mandioca, milho, algodão e um pouco de café [...] (MAXIMILIANO, 1989, p. 126).

Com o passar dos anos, entretanto, tal propriedade foi especializando-se na criação de gado e na pesca. Um olhar sobre a sua produção permite observar que, se, em 1694, havia 1.639 cabeças de gado, em 1739 eram quase 2 mil cabeças em Muribeca (LEITE, 2000, p. 154). Atualmente a comunidade é formada por 350 famílias, totalizando uma média de 700 moradores, dos quais, aproximadamente, 600 são descendentes legítimos de africanos trazidos ao Brasil na condição de escravos. Essas famílias vivem da agricultura de subsistência, e, em sua maioria, as pessoas trabalham como diaristas ou são pequenos proprietários de terras.

O nome Cacimbinha surgiu porque os moradores utilizavam cacimbas para o abastecimento, devido à falta de água na região. Hoje, o nome Cacimbinha permanece, mas o abastecimento de água é feito por meio de um poço artesiano, construído pela Prefeitura Municipal.

O nome Boa Esperança ocorreu pelo fato de os moradores acreditarem que dias melhores estavam por vir, confiando na esperança de que as condições de vida, moradia e o preconceito às suas negritudes fossem superados. Essa comunidade já teve outros nomes, tais como Jiboia e Marra Égua, este último devido ao grande número de cavalgadas e corridas de laço realizadas no local. Porém, tal denominação sugeria interpretação pejorativa, cujo emprego fomentava a exclusão da população local, reforçando, assim, o preconceito dirigido aos moradores. Como forma de resistência e luta, eles se reuniram e alteraram o nome da comunidade para Boa Esperança.

Contam-nos griôs que, no passado, os moradores se reuniam nos fins de semana, para realizar manifestações, como Boi Pintadinho e jongo, este teve seu primeiro registro de prática na região no século XVII, durante a festa da Padroeira Nossa Senhora das Neves. “A festa nossa aí era a festa das Neves... Tinha baile, tinha muitas barracas, tinha ladainha, de noite, missa... Tinha até Jongo... Tinha

tambor, tudo isso na festa das Neves [...]” (OSÓRIO; BRAVIN; SANTANA, 1999, p. 30).

Entre os moradores da comunidade, destacam-se algumas personalidades emblemáticas, tais como: D. Sebastiana, parteira e benzedeira; Sr. Manel João Ferreira, que, segundo relatos orais, teve cinco esposas com as quais convivia em diferentes pontos da comunidade, iniciando, assim, a formação populacional do local, estendendo sua descendência a moradores da comunidade de Graúna, Itapemirim, onde ele também constituiu família; Sr. Jorge dos Santos e D. Edna Maria das Neves Santos, que ficaram conhecidos por preservar algumas tradições culturais que remontam aos tempos de seus ancestrais, sendo eles mestres de Jongo/Caxambu.

No Brasil, o jongo é conhecido por muitos como essencialmente rural, referenciando-se à cultura dos africanos de origem banta, procedentes de Angola e do Congo, trazidos para o Brasil por africanos na condição de escravos. Suas principais características são a música e a dança, que fazem das palavras improvisadas um jogo inteligente, com sonoridade singular. Em outras regiões, o tambor pode ser conhecido por outros nomes, tais como guanazamba (tambor de fogo), candongueiro, cazunga e guaiá. Somente algumas comunidades do Sudeste brasileiro praticam a tradição do jongo.

É importante destacar que discorrer sobre a comunidade quilombola em estudo ultrapassa a mera descrição de pessoas e seu cotidiano. Torna-se relevante salientar que o reconhecimento dessas comunidades e suas definições estão ligados a conceitos étnicos formados por pessoas negras, situadas em zonas rurais ou urbanas, que têm relação com a terra e seus ancestrais, além de tradições e culturas próprias.

Ainda que a principal forma de trabalho de muitos seja basicamente a agricultura, caracterizando-os como boias-frias, os moradores estão inserindo-se em outros segmentos de trabalho, como setores públicos, comércios e trabalhos domésticos (babá, faxineira). A comunidade hoje recebe coleta seletiva de lixo duas vezes por semana, e o atendimento de saúde é oferecido pelo Programa Saúde da Família (PSF) de Boa Esperança. Além disso, a prefeitura oferece bolsas de estudo aos munícipes, o que melhorou consideravelmente a condição cultural dos moradores, possibilitando-lhes inserir-se melhor no mercado de trabalho.

Quanto à religiosidade, muitos membros da comunidade foram influenciados

pelo cristianismo, cujas doutrinas nitidamente se incorporaram à cultura local. Outra alteração cultural ocorreu devido ao fácil acesso a médicos e medicamentos, o que, conseqüentemente, extinguiu as funções das parteiras e benzedadeiras.

Tanto as crianças quanto os adolescentes pouco sabem sobre essas e outras práticas tradicionais. Embora o jongo tenha sido um traço cultural que caracterizou a comunidade por um longo tempo, hoje é a forma de falar dos moradores que os caracteriza pertencentes à comunidade quilombola de Presidente Kennedy-ES.

Assim, a troca que permite ao indivíduo constituir sua visão de si mesmo e de sua identidade é feita com a língua e por meio dela, inicialmente a língua falada, variável e caótica, mas dotada de estruturas que podem ou não corresponder à norma padrão em vigor em uma sociedade (COSTA, 2007, p. 50)

Há uma distinção entre a fala dos moradores de ambas as comunidades e a dos demais moradores do município. A linguagem que usam cumpre a função de comunicação entre eles, pois não têm uma linguagem própria, apenas utilizam algumas expressões, como “ara veja só”, “o essa menina”, “na, na”, cuja enunciação se configura em uma marca particular, isto é, em uma identificação própria dos moradores dessas comunidades.

A autoafirmação de identidade quilombola foi inicialmente desencadeada principalmente desde a década de 1990, quando as denominadas comunidades de Boa Esperança e Cacimbinha no município de Presidente Kennedy-ES foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Hoje existem inúmeras comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares no estado do Espírito Santo e no Brasil, e, mesmo sem uma análise aprofundada, ponderamos que se trata de um trabalho que almeja uma força-tarefa no intuito de ampliar a atual condição de autoafirmação quilombola. Há uma urgência na busca do conhecimento afro-brasileiro, de sua história e dos riscos que os quilombos sofrem com a questão territorial e com resquícios de um capitalismo que devasta e inibe aqueles que carregam consigo traços de exclusão e esquecimento.

Desse modo, este trabalho avaliou, em seu período de pesquisa, o sentimento de pertencimento que leva à autoafirmação quilombola. Ao longo do texto, fomos contemplados com a observação de casos que vão além da seara do trabalho

desenvolvido com as comunidades de Boa Esperança e Cacimbinha. Avaliamos uma ordem geral para o reconhecimento e autoafirmação de identidade quilombola, levando em conta as causas que levam um povo a se reunir e buscar melhorias na sua qualidade de vida e de suas comunidades, bem como a garantia das políticas públicas. Percebemos que a questão da identidade vai além do conflito interno de autoafirmação quilombola, seja uma afirmação histórica/identitária, seja política.

Contudo, selecionamos alguns motivos que norteiam os discursos e debates de autoafirmação quilombola. Aqui não destacamos interesses pessoais no pleito da certidão quilombola, mas falamos de um viés difundido em torno da autodeterminação quilombola para a garantia de direitos, antes mesmo de uma explanação sobre o que é ser quilombola em essência. Ademais, destacamos a ênfase que muitas comunidades dão à palavra quilombola, como alguém que se associa a uma instituição ou, em ditos populares, alguém que almeja questões políticas.

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de autorrejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e preferências pela estética e valores culturais dos grupos valorizados nas representações (MATTOS, 2008, p. 35).

Propomos uma efetiva capacitação aos educadores das escolas quilombolas do município de Presidente Kennedy, onde serão agentes fundamentais no trabalho de aguçar a identidade quilombola, esta já existente, um trabalho que envolve o governo e a sociedade civil.

Neste capítulo, debruçamo-nos para falar de dois motivos que tangenciam os discursos de autoafirmação quilombola. Poderíamos trazer muitos outros aqui, no entanto elencamos aqueles que norteiam o significado de quilombo nos tempos atuais e a existência de políticas afirmativas que asseguram sua permanência, por isso vamos falar sobre a garantia de benefícios, a permanência no território e o reconhecimento histórico.

Para concluirmos, antecipando o nosso trabalho em andamento, notamos rapidamente que não há reinvenção de tradição ou lógica étnica cada vez que uma população retoma, nos seus discursos, os temas provenientes de uma questão cultural. A ideia de quilombo é retomada por ser mensageira de um sentido em relação

a uma situação presente, mas este não é necessariamente importado. No caso, a sua integração em Boa Esperança e Cacimbinha corresponde a uma ordem de interesse precisamente local.

Ao falarmos de garantia de benefícios, pomos em pauta, mais uma vez, a reivindicação de identidade ante a memória para garantir direitos. Logo, como descreve Silva (1999), não estamos inventando uma nova identidade, talvez apenas queiramos problematizar o modo como essa identidade é apresentada ao seu público-alvo.

Políticas em âmbitos estadual e federal atendem a essas comunidades e têm gerado bastante discurso entre elas, pois a mobilização de muitas delas para a autoafirmação quilombola ocorre a favor da busca de melhorias para a comunidade. Desse modo, temos no Brasil inúmeros casos de comunidades que se autodefiniram quilombolas, para garantir acesso a luz, água encanada, benefícios de ordem social, como o Bolsa-Família e distribuição de cestas alimentares, entre outros. Portanto, tratamos de uma comunidade que é excluída, mas é atendida por meio de uma política de assistência a elas.

Sabemos que o território ainda é um requisito crucial no que concerne ao reconhecimento da identidade quilombola, é a partir dele que muitos “quilombolas” conseguem entender a razão de se identificarem como tais, tanto por não desejar sair do lugar quanto por possuir zelo por aquilo que herdou. Território, assim, em qualquer definição, tem a ver com posse, poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito ao poder no sentido tanto mais concreto, de preponderância, quanto mais simbólico, de apropriação. Lefebvre (1986) distingue apropriação de dominação (“posse”, “propriedade”): o primeiro é um processo muito mais ligado ao simbolismo, carregado das marcas da “vivência”, do valor de uso, pertencimento; o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT, 2004).

O segundo motivo, que está associado uma política de autoafirmação de identidade quilombola, principalmente mediante o sentimento de pertencimento ao lugar, é o reconhecimento histórico. Como Haesbaert (2004), acreditamos na dominação e no simbolismo do território, quando para isso são necessários uma avaliação e um reconhecimento histórico, considerando aspectos do vivido, da relação entre comunidade, lugar e modos de ocupação.

Além dos quilombos constituídos no período da escravidão, muitos foram formados após a abolição formal da escravatura, pois essa forma de organização comunitária continuaria a ser para muitos a única possibilidade de viver em liberdade. De modo geral, os territórios de comunidades remanescentes de quilombos originaram-se em diferentes situações, tais como doações de terras realizadas depois da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão, aquisição de terras, as quais foram conquistadas por meio da prestação de serviço, inclusive de guerra, bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão.

2.4 ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A IDENTIDADE QUILOMBOLA

Para estudar os aspectos subjetivos das relações de autoaceitação como quilombola e todo seu empoderamento quanto a sua identidade, como o sujeito se revela e, ao mesmo tempo, se encobre por meio da linguagem, o “ser quilombola” corresponde a uma categoria inclusa numa visão como tipo código social, que se expressa dentro de um campo étnico-semântico em que o significante “cor negra” carrega vários significados.

Para Fanon (2008), falar é estar em condições de empregar certa construção gramatical, assumindo uma cultura e suportando o peso de uma civilização. De acordo com Castro e Abramovay (2006), na dimensão da linguagem, o empreendimento é o de captar as representações que as percepções possibilitam gerar e interpretá-las à luz de um rigor conceitual e analítico. Dessa maneira, as representações anunciam-se mediante a linguagem, por meio da qual são passíveis de sublinhá-las e interpretá-las. Considerando o que Zaluar (1986) traz sobre a teoria e a prática do trabalho de campo em antropologia, eis a importância da fala como eminentemente situacional, não podendo ser destacada do contexto da ação em que ocorreu.

Nas considerações de Castro e Abramovay (2006), a observação permite informar muito acerca dos perfis dos atores sociais, suas dificuldades, percepções e sentimentos, o que corresponde a um conjunto de dimensões que oferecem à pesquisa informações fundamentais. Olhar, ouvir e descrever a linguagem corporal, o não dito, as hostilidades e negociações presentes numa situação lúdica menos dirigida forneceram a este estudo o material necessário para analisar as vivências

relativas ao corpo negro. Essa observação possibilitou compreender e analisar as interações lógicas relativas à identidade como sintoma individual, no que diz respeito às crianças em suas particularidades, e social, considerando as relações de identidade no contexto escolar.

Os elementos que constituem a identificação dada pelos moradores dos quilombos interatuam invariavelmente com os valores e aprendizagens vividas e transmitidas dentro e fora do grupo ao longo de sua existência. Assim, a reconstrução identitária procede também de acordos, conflitos e diálogos entre concepções em torno da identidade dos antepassados e do território que ocupam, indicando que a afirmação da identidade quilombola assinala para um penoso trabalho de produção do Eu, do Nós e do Outro, no campo da alteridade.

A produção da identidade quilombola abrange um trabalho de afirmação da diferença para os “outros”, isto é, a sociedade civil e o Estado, mas também para o próprio nós, atraído em abranger o que denota nesta nova conjuntura de luta pela terra, pela liberdade de expressão e pela garantia de direitos.

De acordo com Pereira (1987), a construção das identidades do indivíduo ocorre por intermédio de processos de socialização, marcado por espaços e tempos de ensinar e aprender quem se é e quem é o outro. Segundo o autor, tais aprendizagens podem acontecer de forma natural e metódica. A socialização natural segue os sujeitos durante toda a vida e acontece nos espaços da família, do trabalho, na igreja, nos movimentos sociais e políticos, e ainda pelos meios de comunicação, como a televisão, os jornais e o cinema.

Já a socialização metódica cresce em certos momentos da vida do indivíduo, porém seu principal ambiente de concretização nas sociedades modernas tem sido a escola. A identidade quilombola é estabelecida no âmbito familiar, por meio de processos educativos informais; no entanto, a construção de tal identidade, como vimos, é a expressão negra, um modo de viver construído ao longo de toda uma história; é a ancestralidade negra, pertencimento; é entender o seu papel na sociedade e efetivar uma educação no alcance em que abarcam ações e práticas coletivas constituídas em espaços múltiplos.

Embora a questão da identidade étnica seja óbvia hoje, essa discussão não é nova. Apareceu pela primeira vez, em 1922, com a publicação de Economia e

Sociedade, escrita por Max Weber. No trabalho, o autor introduz grupos étnicos como

[...] grupos humanos que, devido a hábitos ou costumes externos semelhantes ou ambos, ou devido a memórias de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na origem comum de tal maneira, como é importante que a expansão dos relacionamentos com a comunidade seja indiferente, independentemente de haver ou não uma comunidade efetiva de sangue (WEBER, 2000, p. 270).

Para o autor, no entanto, esse grupo representa apenas uma comunidade étnica se esse sentimento subjetivo de pertencimento – baseado na crença, na origem comum, seja por aspectos tradicionais, seja por herança, e gerado pela memória coletiva para uma ação política comum – lidera mais ou menos o desejo de um futuro comum, ou se esses grupos étnicos são confrontados com outros com características diferentes e reafirmam suas diferenças (WEBER, 2000).

Em outras palavras, Weber já define grupos étnicos como construções simbólicas, e não como substanciais ou endógenas que visam manter uma ação política entre fronteiras com outros grupos. Em suma, a identidade, quer coletiva, quer individual, e o resultado de negociações constantes que não são dadas ao indivíduo e ao seu grupo social não são imutáveis para a vida. No entanto, para ter “eficácia simbólica”, isso deve ser sentido subjetivamente durante a autenticação, o que é natural. As identidades étnicas, portanto, não devem ser distinguidas por sua falsidade ou autenticidade, mas pela maneira como são apresentadas (GIMÉNEZ, 2007).

Desde a década de 1970, vários movimentos sociais em todo o mundo apresentaram a etnia como uma nova categoria de ação social, de grande valor no jogo político, orientada pela lealdade dentro dos grupos e pela defesa de direitos coletivos, como o direito à inclusão e para quem reconhecer sua diversidade na agenda política. Nesse contexto, o problema da identidade étnica reaparece como um problema político, e a sociologia dá origem ao conceito de etnia, ou seja, construções baseadas em processos flexíveis de interação e organização, em que os grupos étnicos são atores sociais que percebem sua igualdade e diferenças em criar grupos étnicos dentro de uma ordem global de interação entre diferentes grupos, que visa desenvolver estratégias para maximizar o valor político de seus indicadores culturais (POUTIGNAT, 1998).

Em um mundo moderno, industrializado e globalizado, no qual tudo dá a

impressão de que a homogeneidade supera as diferenças e o individualismo supera o coletivo, as identidades particularista e coletiva são constantemente fortalecidas e reforçadas com o aumento dos contatos interétnicos. Somente na frente do outro, o estrangeiro, é possível saber quem você e fazer comparações, listar diferenças e semelhanças. Esses grupos, que são vistos como uma ameaça a suas tradições, certos valores e a perda de identidades étnicas estão estreitando suas fronteiras e construindo um campo de conflito político por meio de sua etnia.

Em outras palavras, a etnia – um fenômeno contemporâneo que se opõe à uniformidade e individualidade do mundo moderno concebida pelos teóricos clássicos (WEBER, 2003; MARX, 2013; SIMMEL, 1997) – cresce cada vez mais com a globalização, à medida que aumentam os contatos intergrupos como um fenômeno de percepção de perigo à sobrevivência das tradições específicas de cada grupo, o que favorece a resistência à uniformidade e afirma determinadas identidades. Nas palavras de Sahlins (2004, p. 372): “Homogeneidade global e diferenciação local se desenvolveram juntas, a última em resposta à primeira”.

Hoje há o entendimento praticamente acadêmico de que a globalização contém duas tendências opostas: por um lado, a progressiva padronização e homogeneização dos modos de vida planetários; por outro, o pluralismo étnico e cultural que resulta do surgimento de identidades transnacionais por meio de processos de etnogênese ou radicalização de identidades existentes (SEGATO, 1999).

Para Hall (2014), esse aparente paradoxo é apenas outra estratégia de globalização que, devido à sua capacidade plástica, não está interessada apenas na homogeneização cultural, mas também na diferenciação local, a fim de dominar, nicho e adquirir novos consumidores de nicho. Nas décadas de 1970 e 1980, a luta pela politização das características étnicas no Brasil surgiu através do debate sobre a questão dos povos indígenas, que buscava garantir a demarcação do país dos índios e refletir a política de integração. Na mesma direção, o movimento negro – MNU com Abdias Nascimento –, que aborda conceitos como quilombismo e quilombos contemporâneos, está esforçando-se para defender os interesses e direitos da população afro-brasileira (ARRUTI, 2006).

O movimento negro, porém, não se preocupa apenas com a perda de suas tradições, mas também com o caráter de uma política positiva que visa compensar as populações negras deixadas ao próprio destino desde a abolição da escravidão e

grupos com maior poder à parte e legitimidade como estado. Esses povos, isolados e invisíveis, agora exigem certos direitos e leis, principalmente a posse do país em que vivem; daí o território dos quilombolas e uma necessidade cultural e política associada ao direito à autodeterminação dos povos.

No Brasil, o texto constitucional que confere direitos territoriais aos restos mortais de quilombos (art. 68) evoca tanto uma identidade histórica quanto a existência de sujeitos históricos que reproduzem seu modo de vida mediante sua relação com a ocupação de países (O'DWYER, 2005). A identidade e a territorialidade quilombola estão, assim, entrelaçadas, pois o território não se limita à área geográfica, mas engloba tudo o que lhe diz respeito: objetos, redes de relações, lugares.

2.5 MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE

A história, a sabedoria, o passado dos griôs tomam uma enorme dimensão de saber-poder, de quem traz o legado, de quem é testemunha da história e também sobrevivente a ela. A grandiosidade ancestral carrega o ministério da vida, da transcendência.

Para o quilombo, a ancestralidade é um elemento venerado que deixa uma herança espiritual para o quilombo, contribuindo, assim, para a evolução e o crescimento da comunidade ao longo da sua existência e pelos seus feitos na terra, onde sempre é tomado como grande exemplo a ser seguido. São esses conceitos que se alongam numa concepção de métodos e ações que, de certo modo, proporcionam vantagens materiais.

Diante da importância da memória individual, coletiva e da oralidade, foram utilizados recursos da história oral para apreender materialmente os vestígios históricos na memória dos quilombolas. De acordo com Freitas (2004), a história de vida pode ser considerada um relato autobiográfico feita com base na reconstituição do passado, pelo e/ou sobre o próprio indivíduo, sendo um dos valores do uso desse tipo de fonte a possibilidade de enxergar o quilombola como sujeito no processo histórico, pois cada um rememora ou reelabora a história de seu ponto de vista.

Posto isso, esta pesquisa parte dos relatos orais de populações quilombolas, com o objetivo de entender as relações existentes entre memória, identidade e

empoderamento quilombola mediante a metodologia de estudos de caso.

Para esta pesquisa, interessou a memória do quilombola como parte de um grupo social, pois, por meio da reconstrução de fatos apontados na memória, reconstrói-se uma visão do passado a partir do presente; contudo, essa reconstrução vem de uma leitura simbólica, mas clara de forma genérica do que os recordadores são hoje. Por isso, a memória pôde ser utilizada para pensar uma questão tão atual quanto a das populações quilombolas. Segundo Nora (1993), memória é o vivido e a história é o elaborado. Então, a memória permite atualizar a história a todo instante.

O ser humano faz uso de sua memória todo o tempo, seja num jeito, num cheiro, seja na recordação de uma música de um jongo. Entretanto, fazemos uso de nossa memória recordando situações boas ou ruins pelas quais passamos. Alguns autores acreditam que, nesse processo, há sempre invenção.

É comum ouvirmos expressões como “se não me falha a memória”, ou “se não estou enganado”. A visão do senso comum sobre a memória é que esta seja um lugar intenso em nós, no qual guardamos nossas experiências. Contudo, a memória é mais que a vivência armazenada de um indivíduo: ela forma parte de um contexto social. O que guardamos e excluimos depende de nossas experiências sociais e coletivas.

Isso me remete a dizer que boa parte do que somos, ou do que acreditamos ser, na maioria de nossas lembranças, de nossas ideias, não é original, e sim foi inspirada nas conversas e vivências com outras pessoas. Somos criativos, mas não somos originais, pois a cultura é sempre transmissão. Com o passar do tempo, elas tecem uma história dentro de nós, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas, que não sabemos o ponto exato de entrada em nossa vida, pois, em geral, esse é um processo construído e inconsciente (HALBWACHS, 2013).

Em outra passagem, o sociólogo Halbwachs (2013) assinala a contribuição da memória coletiva no processo de rememoração. Uma ou mais pessoas, juntando suas lembranças, conseguem descrever, com muita exatidão, fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo que elas e até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada disso. “A matéria-prima para construção da identidade é fornecida pela história, pela geografia, pela biologia, por instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva, por

fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso (HALBWACHS, 2013, p. 31).

A identidade também pode ser definida pelo sobrenome predominante na comunidade e pelo grau de parentesco. Tais símbolos criam uma marca de identidade para os indivíduos nela localizados.

Entende-se por identidade coletiva um conjunto de vinculações em um sistema social, permitindo que o indivíduo se localize e elas sejam localizadas em uma sociedade, as quais derivam das escolhas e relacionamentos sociais temporários, pois a identidade está sempre em construção (ANTAKI; WIDDICOMBE, 1998).

Por meio do território, também é possível identificar o indivíduo, pois ele cria uma marca de pertença do espaço, tornando-se habitante de determinado lugar. A identidade pode desligar-se do território, ligando-se ao trabalho no momento em que o indivíduo sai do seu território de origem para desempenhar uma função em determinado meio, que deixa de ser identificado pelo coletivo em que vive para ser identificado pela função que desempenha. No entanto, esse faz referência ao local em que vive para ser identificado no seu espaço de origem.

A identidade nesse espaço se constrói em torno da casa, do domínio, da cidade, da província ou do país. O homem se torna o habitante de um lugar. Mas a identidade territorial tem outros signos além da inscrição geográfica e do título de propriedade: são as insígnias, as medalhas, os galões e todos os tipos de marcas de pertença (LEVY, 2000, p. 132).

A identidade ainda pode ser percebida através da linguagem.

A linguagem é um fenômeno multifacetado que permeia as demais manifestações do homem, ou seja, no processo de construção da identidade, o indivíduo vale-se da sua capacidade de se comunicar para, a partir dela, tecer suas convicções, crenças e sua história pessoal. A construção da identidade, como já citado, dá-se por meio da linguagem, e, desta forma, pode-se dizer que ela é(re)construída a todo momento (COSERIU, [s.d.], p. 17).

A linguagem forma um símbolo de identificação, em que se forma uma estruturação da sociedade humana, pois, dentro dela, criar-se-á uma inter-relação com os indivíduos inseridos na comunidade e a respectiva cultura.

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades em questão estão sempre em estado de fluxo. Colocando essa tese na sua formulação mais radical falar de identidade, seja do indivíduo falante e seja da língua isolada é recorrer a uma ficção consciente [...] (RAJAGOPALAN, 1998, p. 41).

A identidade é a constituição de significados, considerando um ou vários atributos culturais, disponíveis no ambiente social. Assim, as culturas contam com diversas maneiras de incluir o sujeito, considerando os meios de identificação. No próximo capítulo, discorreremos sobre a maneira como essa identidade é reconhecida pela fundação Palmares. Independentemente do que o indivíduo crê, participa e pratica, isso não o descaracteriza como quilombola, por ele não exercer as manifestações africanas.

Alguns quilombos foram formados em terras doadas por ex-senhores, porém, no período da escravidão, esses quilombos eram formados por escravos que, ao fugirem, se refugiavam no quilombo. Daí o termo quilombola, morador de quilombo, logo negro.

De acordo com Nascimento (1980, p. 32):

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo, formas associativas que se criavam em floresta de difícil acesso, com defesa e organização socioeconômica política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural.

O escravo tinha seus direitos humanos massacrados pelos senhores, assim a necessidade de se refugiar originou os quilombos onde os negros concretizavam os seus sonhos de liberdade, mesmo que, para obterem essa liberdade, tivessem de viver em vigilância constante. Convém dizer que nem todos os escravos necessariamente optavam pela fuga como única possibilidade de viver sob o domínio de seus senhores. Outros escravos buscavam outras possibilidades, como a negociação com seus senhores, quando conseguiam benefícios importantes para sua vida cotidiana.

Segundo Ramos (2001, p. 42), “[...] os escravos fugidos, denominados

quilombolas, reuniam-se muito vezes em agrupamentos organizados, os quilombos”. As comunidades quilombolas são determinadas pelos costumes, tradições, condições sociais, culturais e econômicas. Essas comunidades são constituídas, em sua maioria, por negros que continuam vivendo em locais isolados como forma de refúgio e de se afirmarem socioculturalmente.

Os quilombos, como se sabe, constituem a saga mais comvente da raça negra em nosso País, materializada em esconderijos onde centenas de escravos se refugiavam da opressão da violência produzidas pelos primeiros colonizadores. Formas primitivas de organização comunitária, sediadas no meio da mata bruta, essas povoações se fundavam na solidariedade e no respeito mútuo socializando a produção e o trabalho, e esboçando os primeiros sinais de uma República justa no Brasil (LEITE, 1997, p. 32).

No entanto, não se deve afirmar que esses grupos quilombolas ficaram isolados à margem da sociedade. Essas comunidades sempre se relacionaram com a sociedade brasileira, resistindo a várias formas de violência a que estavam sujeitos. Costa (2012) afirma que “[...] ninguém vive nos dias atuais como se vivia no século XVIII”. Sendo assim, o indivíduo não perde sua identidade de quilombo, pois a mudança é constante. A cultura quilombola está em constante construção, como as demais culturas que não ficam estagnadas, mas se modificam com as experiências adquiridas.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa corresponde a um estudo de caso, objetivando evidenciar, com base em aplicação de questionários que foram aplicados aos professores, alunos e pais de alunos, moradores e estudantes, além da observação das aulas das escolas situadas nas comunidades quilombolas de Presidente Kennedy.

A pesquisa teve como problema: Os alunos das escolas municipais das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy-ES se reconhecem como quilombolas?

Assim, para responder ao problema, teve o seguinte objetivo geral: Analisar noção da identidade quilombola dos moradores das comunidades quilombolas do município de Presidente Kennedy-ES, sob a percepção dos alunos da rede municipal de ensino no quilombo. E como objetivos específicos: Evidenciar como ocorreu o processo de reconhecimento de comunidade remanescente de quilombola pela Fundação Palmares; Caracterizar o processo que levou os moradores dessa comunidade atualmente a resgatar essa identidade quilombola.

O estudo de caso é uma estratégia de investigação qualitativa no âmbito das ciências humanas e sociais e tem por finalidade não somente realizar diagnósticos extremamente detalhados sobre um determinado problema social, mas também compreender como determinadas realidades se manifestam, bem como identificar os condicionantes que as geram.

Respondeu ao questionário um total de 30 indivíduos: alunos do 5º ano do ensino fundamental, pais e professores. A turma escolhida foi a que apresentou maior quantitativo de alunos que participam ativamente das manifestações culturais das comunidades em estudo. O intuito do questionário é conseguir resposta ao problema e aos objetivos da pesquisa. Optamos pela metodologia qualitativa porque ela busca apreender os acontecimentos e relações sociais ante a perspectiva dos agentes nela envolvidos (os graduandos), conferindo “[...] centralidade ao que os agentes sociais comunicam e compreendendo estes elementos como fundamentais para a reconstrução, compreensão e explicação de processos sócios históricos” (SILVA, 1999, p. 116).

Durante a aplicação do questionário a que os alunos responderam, foi utilizado o método do desenho de um autorretrato feito por eles, bem como a observação no

ambiente escolar, nos eventos comunitários e no ambiente familiar. O autorretrato é um desenho que o indivíduo faz de si mesmo e permite identificar como esse indivíduo se define. Para a psicanálise, o sujeito define-se como uma estrutura marcada pela descontinuidade entre consciência e inconsciência. Trata-se do sujeito do inconsciente, que difere do conceito de indivíduo, noção que predomina nas abordagens das Ciências Sociais.

A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas quilombolas de Presidente Kennedy-ES, e o público que serviu de base para esta pesquisa são alunos do ensino fundamental das comunidades Boa Esperança e Cacimbinha, com os seus pais e professores que lecionam nessas escolas. Inicialmente fizemos contato com a Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy-ES; em seguida, entramos em contato com a direção, supervisão e coordenação das escolas para sensibilizá-los e também obtermos autorização para realizá-la; depois, entramos em contato com os professores e alunos, para que estes participassem de forma voluntária. O questionário individual foi entregue ao público-alvo, com algumas questões relacionadas às práticas pedagógicas em sala de aula sobre ser quilombola e identidade e recolhido depois para analisar os dados e traçar o perfil dos voluntários investigados. Os resultados foram observados por meio da análise do conteúdo.

Antes das primeiras idas à escola pesquisada, dediquei-me à realização de uma revisão teórica cujo principal objetivo era acessar e compreender a discussão sobre duas dimensões temáticas, a saber: a educação quilombola e a formação de professores.

Essas dimensões delimitam o campo teórico da pesquisa, e as relações entre os conceitos, textos e autores se mostraram complexas, pois a educação quilombola é pesquisada majoritariamente em uma dimensão política, estrutural, que apresenta o esboço de uma história nacional excludente.

Assim, no capítulo 4, buscamos uma aproximação com o contexto ou local da pesquisa. Detalhamos, com base nos dados e imagens da pesquisa de campo, a Escola Municipal “Jiboia”. Ele contextualiza o espaço onde a pesquisa se realizou.

Procuramos criar condições para a descrição mais rica possível da Comunidade Quilombola de Boa Esperança e Cacimbinha no município de Presidente Kennedy-ES. Apresentar uma descrição pormenorizada permite grande aproximação,

ao apresentar a escola quilombola que funciona nele. Também apresentamos, neste capítulo, de forma sucinta, o histórico da escola. Nessa ocasião, fui à Secretaria Municipal de Educação do município com o encaminhamento de um ofício solicitando permissão para a pesquisa, uma vez que a escola não dispõe de direção para o primeiro contato. A secretaria indicou-me a pessoa responsável pela minha recepção no ambiente escolar. Realizei visitas contínuas estruturadas. Foram aproximadamente dez dias de visitas, realizadas em fevereiro e início de março, já que, pela proximidade de minha residência e em virtude do início da covid-19 no Brasil, me impossibilitou mais visitas à escola. Mas, na maioria das visitas, consegui observações importantes, conversei com alunos, pais, professores e realizei os questionamentos.

Particpei de reuniões, estabeleci contatos com as novas lideranças do quilombo, consegui indicações de leituras e participei de discussões sobre algumas questões em pauta. Esse material adquirido foi fundamental para a escrita do capítulo e foi detalhado nas considerações no decorrer deste trabalho.

No quarto capítulo, apresentamos pormenorizadamente a análise e discussão de dados. Buscamos esmiuçar a tabela, classificando-as de acordo com temáticas e significados.

Essa revisão teórica sobre a história da educação quilombola reafirmou cada vez mais quanto a possíveis respostas à questão norteadora do problema: Os alunos das escolas municipais das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy-ES se reconhecem como quilombolas? O tratamento metodológico desse processo de leitura caracterizou-se pela busca de material de leitura, como livros, artigos, dados.

A partir de então, direcionei esforços no sentido de contemplar a temática da formação de professores. Essa cisão entre referenciais teóricos foi uma necessidade percebida e cada vez mais latente à medida que realizava as leituras sobre educação quilombola. Finalmente no capítulo 5, que pretende sintetizar as aprendizagens do questionário, teço as considerações próprias e os elementos centrais do trabalho.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS PESQUISADOS

4.1 CARACTERIZANDO PRESIDENTE KENNEDY

A região de Presidente Kennedy-ES foi habitada pelos povos indígenas Botocudos e Puris e, a partir de 1581, com a chegada do padre jesuíta José de Anchieta, teve uma ocupação mais significativa. Entre 1694 e 1759, foi construída – por índios escravizados – a Igreja Nossa Senhora das Neves, que se configura como o principal patrimônio histórico de Presidente Kennedy-ES, hoje tombada pelo Conselho Estadual de Cultura e denominada Santuário das Neves.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a Fazenda Muribeca foi arrendada, entrando em decadência, em virtude de priorizar a mão de obra escrava. Administrativamente, o distrito foi criado, em 22 de outubro de 1949, pela Lei 265, passando a denominar-se Batalha em lugar de Barra de Itabapoana, nome anterior. Em 30 de dezembro de 1963, pela Lei Estadual 1.916, é criado o Município de Presidente Kennedy-ES, desmembrado do Município de Itapemirim. “Originalmente o território do município era habitado por índios Goytacazes, que segundo Alberto Lamego eram chamados “índios Guarulhos” (LAMEGO, 1913, p. 172).

A ocupação branca europeia das terras do atual município iniciou-se com a formação da Fazenda Muribeca no século XVIII, atribuindo-se ao padre André de Almeida sua fundação. Era considerada a principal e maior fazenda dos jesuítas na capitania, partindo daí a orientação administrativa necessária às outras fazendas deles no sul. Em 1694, Muribeca já se constituía com residência fixa e, nas palavras de Serafim Leite, “[...] dispunha de grande casa e igreja, e havia nos seus campos 1639 cabeças de gado. Produzia carne para alimento no colégio de Vitória e dela se tiravam os bois de carros necessários para o serviço” (LEITE, 2004, p. 153).

Essa fazenda foi constituída em 1702 por terras doadas pelo conde de Castello Melhor e D. Álvaro da Silva Albuquerque, governador do Rio de Janeiro, e terras compradas a Bernardo do Ayres Samora, Antônio Dortas, entre outros. A fazenda, além do gado e pescado, produzia cana-de-açúcar, mandioca com mão de obra indígena e negra. Após a expulsão dos jesuítas em 1759, a grande evasão dos índios priorizou o trabalho escravo na fazenda. Sua extensão era de 9 léguas e meia no litoral, indo desde o rio Guaxindiba, no Rio de Janeiro, até a última barreira do Siri, em

Itapemirim. A largura do terreno era de 8 léguas e meia desde o litoral e compreendia as terras entre os rios Muriaé, Paraíba e Itabapoana. A constituição dessa área, que até o século XVIII detinha a atividade econômica do Baixo Itabapoana, demonstrava a maleabilidade e interação dessa parte da divisa Espírito Santo – Rio de Janeiro, o que permitia um trânsito econômico e populacional constante na região.

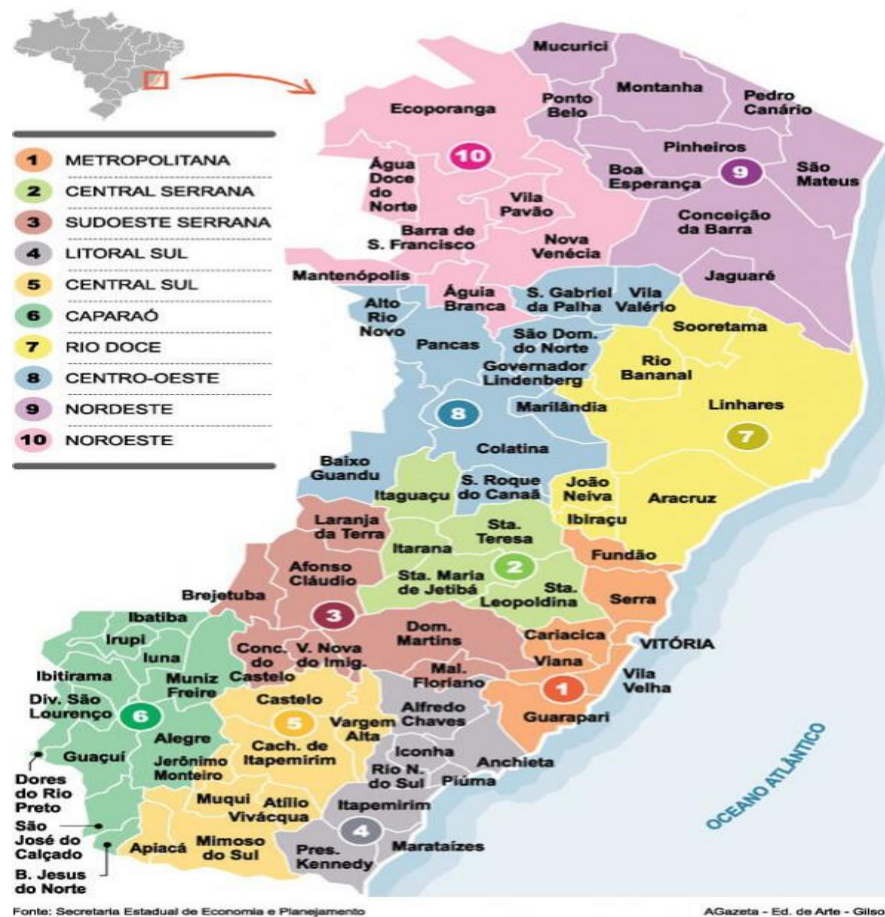
A história de Boa Esperança e Cacimbinha tem-se apresentado timidamente em um livro da Secretaria Municipal de Arte e Cultura do Município de Presidente Kennedy-ES, em 2010, para ser utilizado didaticamente, mas com maior ênfase em trabalhos acadêmicos. O que se encontra sobre as comunidades são relatos dos moradores que recontam histórias que ouviram dos seus pais, avós e bisavós. De modo geral, a história dos quilombos em sua maioria, principalmente de Boa Esperança e Cacimbinha, não vai ser encontrada formalmente em fontes educacionais (o modo oficial burocrático do ensino), assim como muitas histórias oriundas da cultura africana. No entanto, há novidades acerca de uma cultura passada pela oralidade, encontrada nas memórias e lembranças.

As comunidades atualmente possuem cerca de 350 famílias, em torno de 700 habitantes, a infraestrutura das comunidades é simples, a renda gira em torno do excedente da agricultura, da pecuária, dos trabalhos diários (boias-frias, domésticas, entre outros) e serviços públicos. Existem nessas comunidades duas escolas de ensino fundamental, uma creche, um posto de saúde, abastecimento de água encanada e serviço de coleta seletiva de lixo. A associação de moradores e a cooperativa estão em processo de organização, mas já proporcionam visibilidade às comunidades por meio dos representantes que, com o apoio dos moradores, estão lutando por melhorias sociais e civis. Um marco hoje nas comunidades é a comemoração do 20 de novembro, que ocorre por meio da Lei Municipal nº 849/2009. O município oferta bolsa de estudos aos munícipes, o que oportunizou a muitos quilombolas alcançar cursos superiores. As comunidades possuem duas escolas, uma em cada comunidade, e, na comunidade de Boa Esperança, além da escola, há uma creche.

A cidade de Presidente Kennedy-ES está localizada no litoral do Espírito Santo, situado na Região Sudeste do Brasil. Apresenta terras recortadas por serras e morros e faixa litorânea. O Espírito Santo possui extensão territorial de 46.098,571 km², dividida em 78 municípios, entre os quais Presidente Kennedy-ES, conforme se

observa na figura 1.

Figura 1 – Mapa do estado do Espírito Santo dividido em regiões



Fonte: Google, 2019.

O desenvolvimento econômico caracterizou-se no século XVIII pela construção de um engenho de açúcar, pelo aumento do gado e pelos serviços de drenagens que os jesuítas fizeram em 1744, para corrigir o terreno alagadiço e arenoso. Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, a fazenda foi arrendada a particulares e entrou em fraca decadência. Em 25 de junho de 1777, foi arrematada em leilão por José da Cruz e Silva, que teve sérios problemas, para manter a posse de suas terras, devido a constantes invasões de proprietários vizinhos da área. O contexto econômico de decadência que caracterizava o Espírito Santo nas primeiras décadas do século XIX refletiu-se sobremaneira na região em foco, já que tal possuía sua economia voltada para o cultivo da cana-de-açúcar e criação de gado.

Em 1819, segundo relato feito pelo príncipe Maximiliano de Wield-Neuwied, descrito no livro da pesquisadora Vilma Almada (1984),

[...] a fazenda de Muribeca pertencia a quatro proprietários e, apesar de possuir engenho de açúcar e gado em abundância, estava à mercê de ataques dos índios, e dos 300 escravos ali existentes apenas 50 eram capazes para o trabalho (ALMADA, 1984, p. 57-58).

A cultura do café, a partir da segunda metade do século XIX, é considerada fator decisivo para o desenvolvimento econômico e social espírito-santense, especialmente no que diz respeito ao sul do estado, que atuou como região de ocupação tardia para a expansão cafeeira do vale do Paraíba, atraindo fluminenses e mineiros que migraram para cá. A área, considerada então antiga e decadente, tornou-se acessível à camada mais pobre da população brasileira – os chamados trabalhadores nacionais – na primeira metade do século XX, devido à política, tanto governamental quanto de particulares de venda de terras a preços módicos e em pequenos lotes, segundo Almada (1984, p. 51):

Enquanto a Abolição representou um dos golpes finais nas decadentes lavouras cafeeiras e açucareira fluminenses, 'a cafeicultura capixaba, em contínua expansão, não apenas absorveu o golpe representado pelo fim da escravidão, como ainda tornou evidente a capacidade de expansão de sua fronteira agrícola'.

A primeira iniciativa de industrialização do estado com a implantação de fábricas na região de Cachoeiro de Itapemirim (Alto Itapemirim) e da Usina Paineiras em Itapemirim (Baixo Itapemirim) ocorreu em 1910, durante o governo Jerônimo Monteiro. Constata-se, ainda, que, durante as décadas de 1910 e 1920, encontramos no Espírito Santo um dos menores preços para terras devolutas, o que influenciava o valor das terras de particulares, e um dos maiores salários rurais ou agrícolas, tomando como base os estados cafeeiros.

Todos esses fatores, somados ao fechamento da Usina de Tipiti por volta da década de 1920, em campos dos Goytacazes-RJ, localizada na divisa com o Espírito Santo, desembocaram numa expressiva migração de negros para o território capixaba. Os levantamentos iniciais relativos às Usinas Tipiti (RJ) e Paineiras (ES) revelam-nos que trabalhadores negros da primeira, a mais antiga, que representavam

o grosso do contingente de mão de obra da segunda, principalmente nos processos de plantação, colheita e fabrico do açúcar, se transferiram em massa para a região pesquisada, adquirindo pequenos lotes, já que o preço da terra era às vezes menor do que o estabelecido por lei, por razões já explicitadas aqui, o que, é claro, não ocorria em regiões próximas à Usina Paineiras, pois ainda se mantinham latifúndios açucareiros. Com isso, podemos observar, então, que a maior parte dos negros que se estabeleceram no sul do Estado foram empurrados na direção das piores terras e com difícil via de comunicação. Portanto, podemos dizer que as comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha foram formadas por descendentes de migrantes fluminenses em busca de trabalho na Usina Paineiras e de terras onde pudessem se estabelecer em definitivo.

A história das comunidades se desenrolou durante décadas e, até hoje, no espaço compreendido entre as suas posses e a Paineiras, área anteriormente ocupada pela Fazenda Muribeca. O isolamento das comunidades aconteceu devido a diversos fatores, como dificuldade das vias de comunicação e preconceito explícito da população branca local, o que proporcionou a manutenção das características étnicas dos indivíduos, uma vez que a formação de novas famílias ocorria por união entre tios, primos, sobrinhos e contraparentes.

Já a realidade atual das comunidades quilombolas se traduz numa pobreza econômica, cultural e política dos seus habitantes. A pobreza econômica ainda advém de um solo de baixíssima fertilidade, onde se cultivam principalmente a mandioca, o abacaxi e a cana-de-açúcar. Tal pobreza do solo é maximizada pela sucessiva divisão de pequenas propriedades de terras entre os seus herdeiros. A sobrevivência dessa população ainda é garantida por meio do trabalho temporário em empreendimentos agromercantis, caracterizado como “boias frias”, dos quais poucos têm como sobrevivência os trabalhos em empresas e/ou na Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy-ES, que ainda é a maior empregadora do município na atualidade.

Tal fato resulta na deterioração da condição camponesa, estabelecida inicialmente nas comunidades, onde a subsistência mais advém da propriedade da terra, do trabalho familiar, da posse da terra ou da produção de alimentos para o consumo próprio ou para a venda (SILVA, 1980, p. 3).

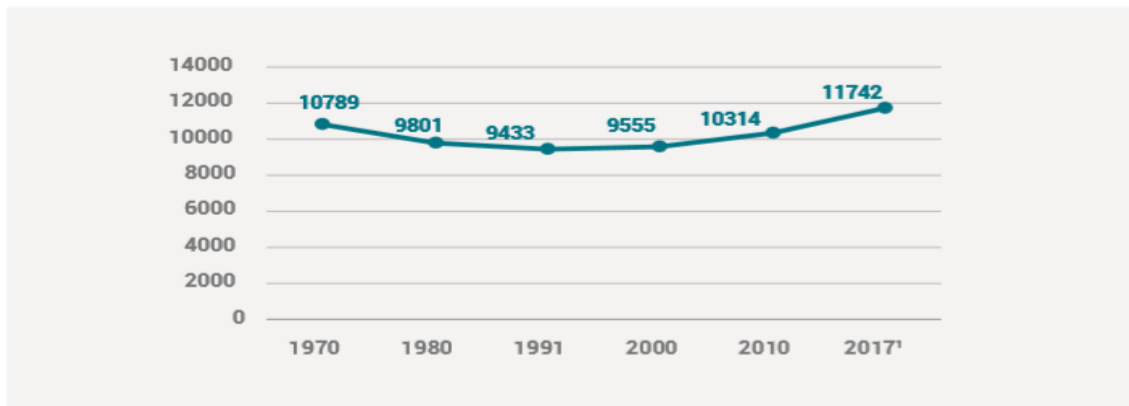
A tradição oral inexistente, a escrita é tímida e as gerações mais novas pouco conhecem ou desconhecem sua história familiar ou comunitária, o que dificulta muito a sua reconstrução. Hoje, das duas manifestações culturais que existiam – o Boi Pintadinho e o Jongo –, apenas este é, com maior frequência, mencionado nas comunidades.

Sob uma perspectiva histórica, a baixa densidade demográfica e a dedicação de boa parte do seu território às atividades de pecuária e agricultura formam um cenário em que a cidade cresce de forma lenta e gradual, com a formação de núcleos urbanos esparsos sem grandes fluxos migratórios. Esse cenário, que ainda perdura, começou a ser sutilmente alterado em meados dos anos 2000, com o início das atividades de exploração petrolífera, que foi um marco histórico para a cidade, tornando a cidade como uma das mais promissoras do Espírito Santo, na possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas na costa do município, as quais geraram um incremento da arrecadação municipal, mas não alteraram o perfil populacional, uma vez que não há atividades fixas de beneficiamento em terra.

Mudanças mais efetivas quanto ao uso e ocupação do território em Presidente Kennedy-ES podem ocorrer se efetivados os investimentos previstos para a região, sendo o principal deles a construção de um porto de águas profundas entre as praias de Marobá e Praia das Neves, hoje núcleos urbanos pacatos e com pouca disponibilidade de serviços e comércios. Ao considerar o lapso temporal compreendido entre 2000 e 2017, observa-se um aumento populacional no estado do Espírito Santo de 1,5% ao ano, já que passou de 3.097.232 (três milhões noventa e sete mil duzentos e trinta e dois) habitantes para 4.016.356 (quatro milhões dezesseis mil trezentos e cinquenta e seis).

O município de Presidente Kennedy apresenta uma dinâmica populacional cujo crescimento fica abaixo da média estadual e dos municípios vizinhos nos últimos anos. A população atual do município é estimada em 11.742 (onze mil setecentos e quarenta e duas) pessoas (IBGE, 2017) e o índice geométrico de crescimento, considerando o período de 2000 a 2017, é de 1,22%, conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução populacional de Presidente Kennedy-ES



Fonte: IBGE, 2017.

Ao analisarmos a economia do município atualmente, é necessário extrapolar seus limites geográficos, a fim de estabelecer suas principais conexões de mercados. A ligação mais próxima aparece com os municípios de Marataízes e de Itapemirim, também litorâneos, os quais manifestam muitas características semelhantes, como poderá ser observado. O município também mantém ligações com Cachoeiro de Itapemirim, que exerce tradicionalmente uma forte centralidade econômica em todo o sul capixaba.

No início dos anos 2000, Presidente Kennedy-ES foi fortemente impactado pela chegada das atividades de extração de petróleo bruto em sua costa marítima, que, embora não visíveis no interior do município, causaram profundas modificações na formação e composição do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, além de trazerem vultosos recursos financeiros derivados dos *royalties* dessa atividade.

Na agricultura, em 2006, último ano em que foi realizado um Censo Agrícola no país, o município contava com 718 estabelecimentos agrícolas, os quais ocupavam 35,1 mil hectares, número que representava 1,2% da área total dos estabelecimentos do Espírito Santo; praticamente o mesmo percentual da área do município no território capixaba, conforme se observa na figura 2 – tabela do IBGE (2006).

Figura 2 – Tabela da agropecuária por grupos de atividade econômica – 2006

Grupos de atividade econômica	Espírito Santo				Presidente Kennedy				
	Nº	%	Área (ha)	%	Nº	%	Área (ha)	%	% no ES
Lavoura temporária	5.998	7,1	193.526	70,8	224	31,2	6.980	19,9	3,6
Horticultura e floricultura	6.139	7,3	104.220	80,6	17	2,4	226	0,6	0,2
Lavoura permanente	52.159	61,8	1.298.019	82,6	55	7,7	1.142	3,3	0,1
Pecuária e outros animais	19.033	22,6	1.000.737	76,8	421	58,6	26.716	76,2	2,7
Florestas plantadas	730	0,9	228.933	70,8	-	-	-	-	-
Florestas nativas	168	0,2	5.740	80,6	-	-	-	-	-
Pesca	15	0	158	82,6	-	-	-	-	-
Aquicultura	114	0,1	6.845	76,8	1	0,1			
Total	84.356	100	2.838.178	76,8	718	100	35.080	100	1,2

Fonte: IBGE, 2006.

Diferentemente da média estadual, cujos estabelecimentos agrícolas utilizavam o solo, contribui para a formação do valor adicionado da indústria no Espírito Santo, superando o próprio município da Serra, tradicionalmente o mais industrializado do estado, predominantemente para as atividades com lavoura permanente, representando 45,7% da área total. Em Presidente Kennedy-ES, as áreas dos estabelecimentos eram, em 2006, prioritariamente destinadas às atividades da pecuária, correspondendo a 76,2% da área total. Em seguida, estavam as atividades da lavoura temporária, com 19,9% da área total, pouco restando para as demais atividades. Nesse viés, o município representava 3,6% do total da área com lavoura temporária no estado e 2,7% da área com pecuária. Atualmente a cidade tem um grande potencial de investimento, enfrentando alguns desafios, como a necessidade de tornar a cidade um polo industrial e turístico.

4.2 CARACTERIZANDO A PRIMEIRA ESCOLA NO QUILOMBO

A distância da sede de Presidente Kennedy, partindo como ponto de referência desde a Secretaria Municipal de Educação (Seme) até a EMEIEF “Jiboia”, fica a uma distância de 9,48 quilômetros, passando pela comunidade de Santana Feliz. A escola

atende crianças da comunidade local e comunidades vizinhas, como Santana Feliz, Pedra Q Mela e Liberdade.

A EMEIEF “Jiboia” teve seu ato de criação com o Decreto nº 2.098/1955 e ato de aprovação a Resolução CEE/ES nº 41/1975, de 28/11/1975. As comunidades de Boa Esperança e Cacimbinha são formadas, em sua maioria, por negros, descendentes de negros que vieram da África na condição de escravos, que, com a libertação, migraram do estado do Rio de Janeiro para o estado do Espírito Santo, no município de Presidente Kennedy, formando especialmente as comunidades de Boa Esperança e Cacimbinha. A primeira família que aqui residiu foi a do senhor Manoel João, que, ao chegar a esta comunidade, foi trabalhar na Usina Paineiras, onde, com seu trabalho, adquiriu terras, as quais, com sua família, administrava. O senhor Manoel João possuía quatro famílias que moravam nessa comunidade e em outras, como Boa Fé e Graúna.

As primeiras casas eram construídas de tábuas, as pessoas casavam-se entre parentes, primos e primas, tios e sobrinhas e houve até um caso, segundo o senhor Júlio, de casamento entre irmãos. Os primeiros habitantes alimentavam-se da caça, da pesca e dos produtos cultivados na comunidade. As pessoas que aprenderam a ler e a escrever pagavam professores de outras comunidades, pois não havia professores na comunidade. Em relação à comunidade local, a chegada dos primeiros africanos à região remonta ao século XVII. Não existe em documentação, e o único registro da origem da comunidade está na memória dos antigos moradores.

Em 2005, as comunidades tiveram o território reconhecido e certificado pela fundação Palmares, porém relatos mostram que os quilombolas chegaram ao município há muito tempo.

Segundo relatos da professora Efigênia Graça dos Santos e demais moradores, a escola “Jiboia” foi criada há mais de 46 anos, por meio da iniciativa da professora Gemelice Silva, que dava aulas na casa de pais de alunos na comunidade como a senhora Nagma Hora, que tinha Ronilda Hora com quem morava. Nesse tempo, as famílias serviam a merenda e as professoras Gemilce e Agna também contribuía de todas as formas possíveis. No decorrer das gestões, a merenda ficou a cargo da prefeitura.

Desde então, Dona Gemilce, conhecida como “Gege” pelas famílias, expôs a necessidade de ter um lugar para lecionar. Sendo assim, um morador da comunidade, chamado Romildo Costa, fez a doação de um pequeno terreno, no qual foi feito um cômodo de tamanho razoável para a formação da primeira turma. Esse local hoje é a atual casa de Vanuza Paz da Conceição. E a escola passou para o outro lado da rua, porém com uma sala de aula grande, uma cozinha e um banheiro. Nesse período, o prefeito era o senhor Manoel Fricks.

A escola, à época, teve o nome de Giboia com “G” em homenagem à Dona Gemilce Silva. Com o passar do tempo, a escola passou para a denominação Jiboia, com as devidas correções. Nesse período, ainda o senhor José Hora fez também a doação de mais um pedacinho de terra, o que contribuiu para a construção de mais um banheiro e mais uma sala de aula.

O senhor José Hora era líder comunitário na comunidade, exercia papel de assinar a folha de presença dos funcionários e também ajudava os professores no que diz respeito a estimular os alunos quanto aos estudos e ao comportamento deles.

As professoras Gemilce e Joana foram as primeiras professoras a trabalhar na antiga escola. Depois da outra construção, trabalharam Elisabete Silva, conhecida como “Bebete”, e Aparecida, netas da falecida Gemilce “Gege”, Vanessa Santana (1993) e Carmem Lúcia (Bibil), nesse período com as séries primeira e segunda. A escola, à época, foi feita de tijolo e cobertura de telha e, ao longo dos anos, passou por reformas. A merendeira que trabalhou durante muitos anos desde que iniciou a primeira sala até 2001 foi a Marinete Paz da Costa filha do senhor Romildo Costa, que fez a doação do primeiro terreno para a construção da escola.

4.3 ANALISANDO OS DADOS

Desenvolvemos uma pesquisa em que o problema está assim localizado: existe uma comunidade X que é certificada como comunidade quilombola. Em pesquisa empírica, os moradores alegam, de forma tímida, serem quilombolas com vínculos esporádicos com a Associação Quilombola dessas comunidades, mas, em conversas e relatos sobre a história da comunidade, sentem-se pertencentes a uma cultura afro-brasileira e possuem ancestralidade e histórias comuns aos outros milhares de

quilombos no Brasil.

Esta pesquisa retrata a visão de identidade onde a família e a escola estão inseridas, realizada nas escolas de Ensino Fundamental das comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha, município de Presidente Kennedy-ES. Nesse sentido, a pesquisa tem por objetivo compreender a identidade étnico-cultural, um olhar dos alunos sob a ótica de pertencimento, e a maneira como pais e professores contribuem para esse sentimento de pertença, considerando a importância das escolas quilombolas do ensino fundamental para esta pesquisa.

A escolaridade e o tempo de moradia do aluno e seus familiares no município também contribuíram para a pesquisa, pois alguns entrevistados moram há pouco tempo nas comunidades, o que permitiu uma visão de alguém que chegou e já tinha conceitos preestabelecidos, mesmo sendo filhos(as) de pessoas nascidas nas comunidades.

Quadro 1 – Perfil dos alunos respondentes

Entrevistados	Idade	Local do nascimento	Religiosidade	Quilombola é...	Considera-se um quilombola
Respondente 1	7 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 2	8 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	características de um povo	Sim
Respondente 3	8 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 4	9 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 5	9 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 6	9 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 7	10 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 8	10 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Católico	Características de um povo	Sim
Respondente 9	11 anos	Presidente Kennedy-ES	Católico	Características de um povo	Sim
Respondente 10	12 anos	Rio de Janeiro-RJ	-	Características de um povo	Sim
Respondente 11	13 anos	Campos dos	-	Características	Sim

		Goytacazes-RJ		de um povo	
Respondente 12	14 anos	Itaipava-ES	-	Disse que é uma identidade cultural	Sim
Respondente 13	14 anos	Alagoas-AL	-	Disse que é uma identidade cultural	Não

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2020.

Aplicamos questionários em alunos de 7 anos a 14 anos de idade, contemplando o ensino fundamental local, adequando as formas de fazer à entrevista para melhor entendimento dos alunos e possibilitando abranger a percepção deles como um todo, desde os que nasceram nas comunidades até os que moraram em outra cidade e atualmente são moradores dessas comunidades. Em contrapartida, entrevistamos seus responsáveis e assim pudemos ter breve síntese de quão efetiva tem sido essa referência familiar no tocante a sua construção identitária com base em exemplos e histórias contadas e vivenciadas nos quilombos.

Foram questionados alunos do sexo masculino e feminino, e o local de moradia foi fundamental para o resultado da pesquisa, pois o objetivo era entrevistar alunos e pais moradores das comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha.

Em relação à pergunta – Você já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Boa Esperança e Cacimbinha? –, a maioria respondeu não ter ouvido falar.

Na indagação sobre quais assuntos mais gostam de estudar na sua escola, a maioria declarou gostar de português ou matemática, no entanto o entrevistado nº 1 declarou: “[...] gostar de história do Brasil é interessante” (RESPOSTA DO QUESTIONÁRIO nº 1).

Ao serem indagados sobre a importância de estudar a história e a cultura brasileira, a maioria respondeu sim, mas poucos responderam ao porquê, conforme expôs o entrevistado nº 9: “[...] porque é interessante saber sobre do nosso passado”.

Ao responderem se já fizeram alguma atividade na escola sobre a cultura afro-brasileira ou africana, as respostas que predominaram foram não, porém poucos responderam sim, como disse o entrevistado nº 8, ao declarar que já fizeram “textos”.

Quanto ao questionamento de permanência nas comunidades, todos alegaram que permaneceria, com exceção do entrevistado nº 1, que declarou que não moraria.

Ao serem indagados sobre o que sabem em relação à história das comunidades, alegaram que não sabem nada, exceto o entrevistado nº 4, que relatou: “[...] são descendentes de ex-escravos”.

Todos declararam que as comunidades são marcadas pelo jongo. Alegaram que as características culturais dos negros no Brasil são diferentes das existentes na África. Declararam, ainda, que a discriminação está presente na vida deles, que sofrem chacotas, brincadeiras de mau gosto.

De maneira geral, o intuito foi conhecer a percepção dos alunos em relação ao trabalho ofertado pelas escolas das comunidades em estudo e a maneira como o aluno se posiciona em relação à comunidade em que mora, como ele se autoidentifica e recebe um ensino que se soma ao conhecimento de sua origem. Percebemos que cada aluno se autointitula quilombola, mesmo sem saber explicar o motivo, afirmando a necessidade de intensificar o ensino da história local e a necessidade de os pais contribuírem na disseminação da história local, que tem ficado esquecida em relação ao repasse para a geração em fase educacional.

Os aportes dos africanos para a formação da cultura no Brasil abarcam diversas áreas. Nas comunidades em estudo, a música, a dança e a capoeira destacam-se. Um dos principais desafios enfrentados pelos professores para trabalhar tal conteúdo em sala de aula é a forma como são tratados os alunos afrodescendentes, devido a situações de discriminação, como as apontadas pelos entrevistados, o que acontece com muita frequência. A luta pela inclusão de conteúdos defendidos pela Lei 10.639 (ano) na educação ainda não acabou, e os professores precisam se afirmarem como contribuintes do ensino da história local.

Quadro 2 – Perfil dos pais respondentes

Entrevistados	Idade	Local de nascimento	Religiosidade	Quilombola é...	Considera-se um quilombola?
Respondente 1	23 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Características de um povo	Sim
Respondente 2	24 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Católica	Características de um povo	Sim

Respondente 3	31 anos	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Não tem	Características de um povo	Sim
Respondente 4	32 anos	Presidente Kennedy-ES	Protestante	Uma identidade cultural	Sim
Respondente 5	34 anos	Presidente Kennedy-ES	Não tem	Uma identidade cultural	Sim
Respondente 6	38 anos	Cacimbinha-ES	Católica	Características de um povo	Sim
Respondente 7	39 anos	Boa Esperança-ES	Não tem	Uma identidade cultural	Sim
Respondente 8	48 anos	Boa Esperança-ES	Não tem	Características de um povo	Sim
Respondente 9	53 anos	Cacimbinha-ES	Católico	Características de um povo	Sim

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2020.

Ao serem indagados sobre histórias de escravidão na região de Boa Esperança e Cacimbinha, alegaram que sim, como o entrevistado nº 8 afirmou: “[...] sim, eu faço parte desta história”. Os pais ainda declararam em unanimidade que é importante que os filhos estudem a história e a cultura afro-brasileira, afirmando que os filhos deveriam continuar morando nas comunidades, valorizando a história das comunidades e permanecendo perto dos familiares.

Ao analisarmos ainda as respostas sobre o surgimento das comunidades, percebemos que a maioria conhece a história das comunidades, mesmo que de forma resumida, conforme relatou a entrevistada nº 2: “[...] surgiu a partir de escravos que fugiram para quilombos”.

Os pais entrevistados declararam, ainda, que as comunidades apresentam como marca cultural as danças, os encontros, as proximidades familiares, reconhecendo que existe proximidade entre a cultura das comunidades e as da África. Enfatizaram que as discriminações são constantes, principalmente fora das comunidades, que são experiências ruins, e essas discriminações ocorrem ainda por parte de empresas, por prejulgar a cor da pele e o nome do lugar de forma depreciativa.

Quadro 3 – Perfil dos professores respondentes

Entrevistados	Tempo de profissão	Local de nascimento	Religiosidade	Quilombola é...	Já ouviu falar sobre a escravidão na região?
Entrevistado 1	10 meses	Itapemirim-ES	Protestante	Uma identidade cultural	Sim
Entrevistado 2	01 mês	Santos-SP	Católica	Uma identidade cultural	Sim
Entrevistado 3	18 anos	Itapemirim-ES	Católica	Uma identidade cultural	Sim
Entrevistado 4	01 ano	Resende-RJ	Católica	Uma identidade cultural	Sim
Entrevistado 5	10 meses	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Católica	Uma Identidade Cultural	Não
Entrevistado 6	01 ano	Muqui-ES	Protestante	Uma identidade cultural	Não
Entrevistado 7	06 anos	S. João da Barra-RJ	Católica	Uma identidade cultural	Sim
Entrevistado 8	01 ano	Cachoeiro de Itapemirim-ES	Protestante	Uma identidade cultural	Não
Entrevistado 9	02 anos	Presidente Kennedy-ES	Não tem	Uma identidade cultural	Sim
Entrevistado 10	10 anos	Itapemirim-ES	Protestante	Uma identidade cultural	Sim

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2020.

Paralelamente a tudo isso, aplicamos os questionamentos direcionados aos professores, buscando identificar os desafios encontrados por eles na aplicação da Lei 10.639/03. Tais desafios se estendem desde a formação até o trabalho desenvolvido em sala de aula. No que se refere ao questionário aplicado aos profissionais da educação das comunidades, foram aplicados questionários a dez professores e, quando questionados sobre o que é quilombola, responderam com unanimidade que é uma identidade cultural, e a maioria já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Boa Esperança e Cacimbinha. Quando perguntamos, no

tocante a sua prática pedagógica, se privilegiam questões com foco na cultura local e afro-brasileira e com qual periodicidade, apenas duas responderam que uma vez por semana, e os demais alegaram que privilegiam as datas comemorativas, mesmo declarando que acham importante abordar a história e a cultura brasileira em sua prática docente. Porém, quando foram instigados a declarar o porquê, poucos relataram, conforme apontou a entrevistada nº 1: “[...] para manter a tradição viva”. A respeito da indagação sobre o projeto político-pedagógico da escola, a minoria afirmou que ele contempla os fatores históricos e culturais da comunidade, mas a maioria declarou que não. No entanto, a maioria declarou que pesquisam sobre assuntos referentes à cultura africana, identidade e discriminação racial no momento de planejamento das aulas, o que deixa uma contradição, e, se pesquisam, não repassam os conhecimentos aos alunos, pois os próprios professores alegaram anteriormente que privilegiam as datas comemorativas.

Indagados sobre como é a relação da comunidade com a escola, declararam ser participativa, pois sempre que, convidada, a comunidade vai à escola, e eles fazem apresentações representando características próprias de união e ressaltando que a cultura das comunidades está presente nos alunos e representada pelo jongo, capoeira, penteados, porém a escola raras vezes convida a comunidade.

No que concerne à implementação da Lei 10.639/03, a qual torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas, teremos, assim, o reconhecimento da população afrodescendente na constituição da cultura brasileira. A argumentação busca explicitar a importância dessa lei no resgate e reconhecimento da contribuição do povo negro e quilombola na formação da cultura brasileira, como forma de enfrentamento da discriminação racial, e no empoderamento da identidade do seu povo. Em seguida, discute sobre os desafios do ensino e da formação dos professores, para cumprir com os conteúdos programáticos, desconstruir o mito da democracia racial e tratar, de forma adequada, as questões quilombolas que deveriam ser discutidas principalmente em escolas de comunidades tradicionais. Por fim, como explicitado anteriormente, com a proposta de discussão quanto à formação continuada efetiva, dá-se a devida importância à capacitação docente como forma de conhecer a Lei 10.639/03 e a cultura africana, para que se fundamente e execute seu planejamento, em que a qualificação permite ao docente refletir sobre sua prática, a

fim de construir uma pedagogia da diversidade que contribua no combate à discriminação nas escolas e no fortalecimento das comunidades tradicionais.

Observamos que um dos problemas é a aplicação ineficaz da Lei 10.639/2003 nas escolas das comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha, que atendem jovens até o 5º ano do ensino fundamental. Essa lei foi criada em 2003, no intuito de dirimir a ausência do estudo e ensino da história da África nas escolas brasileiras, passar a existir como uma ferramenta que obriga o ensino da história afro-brasileira a crianças e jovens, objetivando promulgar o conhecimento sobre a história da África e a chegada dos africanos ao Brasil, como também a cultura africana na formação da identidade nacional brasileira. Trabalhamos em prol de identificar na escola elementos que possibilitem um entendimento ou não dos jovens sobre a identidade quilombola, um dos quais foi a ausência de debates e material didático que falem sobre quilombo.

Logo, uma das propostas deste trabalho é a inserção de uma metodologia aberta à participação da comunidade, em que fazemos a proposta à Secretaria Municipal de Educação, para que reative a Comissão de Estudos Afro-Brasileiros (Ceafro) com propostas educacionais efetivas de capacitação para o professor e projetos educacionais para o aluno, envolvendo o aluno e comunidade, contando-lhes sobre as comunidades quilombolas do município de Presidente Kennedy e desvendando um mundo que não está nos livros, pois, mesmo aqueles que foram produzidos em prol da aplicação da história e cultura afro-brasileira na escola, não atendem à demanda tão solicitada durante décadas pelo movimento negro e movimento quilombola.

Com isso, entendemos que a oralidade possui uma função, sobretudo, ideológica.

A razão é que os fatos nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. Nisso Leskov é magistral. (Pensem em textos como *A fraude*, ou *A águia branca*.) O extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação (BENJAMIN, 1994, p. 203).

É notório que essa reflexão vai além do entendimento de identidade quilombola. Como apresentado em outros momentos, é desnecessário que alguém diga ao outro o que ele é. Ele é aquilo que ele quer ser ou que consegue ser, e o é ante a negação do que não quer ser. Pode até parecer confuso, redundante, mas trouxemos o pensamento de Benjamin, que consta no livro “O Narrador” (1994), e para dizer que é desnecessário que alguém narre ao aluno quilombola sua vida no quilombo, mas que identifique e aponte onde aquele contexto se encontra, bem como destaque todos os pontos pelos quais a autoafirmação se torna importante.

Não estamos aqui propondo às pessoas que falem dos diretos de ser quilombola, mas queremos que esse processo venha naturalmente acompanhado de uma identificação histórica. Num lugar que existe um(a) mestre(a) de cultura que dança o jongo, outro que é capoeirista, outra que é benzedeira, entre muitos outros símbolos culturais que se configuram como um rico material didático vivo, faz-se desnecessária a demanda de inserção de livros. Por meio da linguagem oral, os motivos suficientes para a reflexão sobre o que é ser quilombola aparecem. A agregação desses símbolos com as lideranças locais e políticas pode içar grandes voos em torno da conscientização de uma massa que vai além dos quilombolas mais jovens, alcançando inclusive seus pais e avós. Trata-se de um trabalho simples, em que a cultura e a educação vão caminhar juntas em prol de um único objetivo: a autoafirmação de identidade quilombola. O produto final encontra-se no apêndice D.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão considerou um processo de investigação iniciado em 2019, tendo como ponto de vista a relação tanto de orientando quanto de orientador com o objeto de estudo. Uma relação que não é apenas de pertencimento ao lugar, mas também de interesse amplo em avaliar e entender processos de identidade e os fluxos de memória que dialogam com os modos de falar sobre a autoafirmação negra e quilombola.

Com isso, enfatizamos que o nosso objetivo, de modo geral, foi discutir a formação identitária do sujeito quilombola mediante sua relação histórica com o lugar, bem como reconhecimento como quilombola. O engajamento deste trabalho, no que concerne às questões educacionais, privilegiou uma forma de falar da Lei 10.639/2003 do ponto de vista cultural nas escolas quilombolas do município de Presidente Kennedy-ES.

Consideramos que as escolas não são as únicas responsáveis pela difusão do conhecimento e da formação de consciência; no entanto, tendo em vista a existência da obrigatoriedade de falarmos de África e história afro-brasileira nas escolas, pensamos que se trata de uma das formas mais acessíveis de amputar o problema (evidentemente consideramos um problema) da não autoafirmação quilombola. Tentamos, ao longo do processo, apresentar os questionários de forma clara com o nosso público-alvo, a fim de estabelecer parâmetros de avaliação possíveis de trabalho em comunidade. De fato, este trabalho não se coloca apenas para as comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha no município de Presidente Kennedy-ES. Tomamos as comunidades como ponto de partida para uma fala mais ampla sobre a situação dos quilombos do Brasil, não do ponto de vista do reconhecimento da sua existência, mas dos modos como os diálogos são e poderão ser estabelecidos com essas pessoas.

É fundamental destacar que há necessidade de uma interação educacional e projetos a serem desenvolvidos nas comunidades por intermédio da prefeitura, da Secretaria Municipal de Educação e de comissão que poderá ser criada nesse sentido. Há uma nítida necessidade em ampliar o debate acerca das questões culturais e identitárias nas comunidades. Aqui citamos também os trabalhos desenvolvidos pela Associação de Moradores local – sociedade civil, que levam a grande

responsabilidade pela manutenção das tradições culturais e históricas da comunidade. Em uma sociedade alicerçada na dinâmica de mutação história e cultural, que se dá em virtude do passar dos anos, da necessidade das pessoas – necessidades cercadas, em certa medida, por diversas injustiças históricas, como o caso dos quilombos –, há uma demanda constante por entender o contexto, manter as tradições e batalhar pelos direitos individuais e coletivos.

Desse modo, tentamos entender qual a viabilidade da realização identitária de uma comunidade que não se reconhece em conceitos fechados sobre o que é ser quilombola. No entanto, a prática identitária completou o nosso desejo de pesquisa: reconhecer e identificar uma comunidade quilombola por meio do pertencimento dos seus moradores, pois, ao questioná-los, sobretudo na percepção dos mais jovens, é nítida a identificação histórica que eles possuem com o lugar. Trata-se de identificação histórica e origem, tendo em vista a relação deles com as pessoas, do respeito às tradições e aos mais velhos.

Ressaltamos que a confirmação de identidade está além da sua militância. Ela está latente e sendo vivida na vida diária dos moradores, na sua rotina de luta por sobrevivência, na permanência de feitos comuns da vida quilombola.

Este trabalho desenvolveu-se com base em análises e na experiência das formas como o debate sobre a identidade quilombola é conduzido em âmbito comunitário, municipal, estadual e federal. Desse modo, o ambiente escolar aparece cada vez mais como interlocutor apropriado para difundir informações sobre o processo de formação histórica das comunidades quilombolas. Estamos falando mesmo de um local de troca, onde a instituição e a comunidade possam dialogar em busca de um entendimento comum sobre os mais variados assuntos. Destacamos ainda a importância de atuação de diversos agentes sociais, envolvendo a família quilombola e lideranças quilombolas em prol de um trabalho, que é o de pertencimento, pois não se faz satisfatório apenas a comunidade ser atendida, é crucial entender por que, como e por quem ela está sendo assistida.

Este trabalho vem como um alerta da importância de saber de si para se proteger e lutar por direitos sem a pauta fictícia de um debate grosseiro do ser negro, em que pessoas relativamente brancas, de forma consciente, se declaram negras para concorrer estoques reservados à comunidade afro-brasileira. Estamos falando de luta de pertencimento.

Contudo, esta pesquisa foi encerrada com a certeza de dever cumprido. Talvez, no caminho percorrido, tenha sido redescoberta a importância de assumir a identidade negra como pesquisador e no movimento de militância quilombola. A conclusão da pesquisa chegou cerceada a muitas excitações, na envergadura dos debates acerca dessa conjuntura sociopolítica brasileira. Com um esforço de localizar o tema quilombo no único ambiente costumeiramente tido como educacional, este trabalho trouxe questionamentos e deveras reflexões em torno de outras formas de repensar a educação com base nas Leis 10.639/2003 e 11.645/08.

Que haja muitos outros agentes na sua execução. Que existam ambientes para o diálogo das questões de identidade, da raça do quilombo para além da escola. Que a educação quilombola seja de fato inserida como prática prioritária nas comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha. Que haja a valorização e a qualificação do profissional que vai desenvolver trabalhos nos quilombos. Nosso esforço consistiu em reunir ações, agentes e medidas, a fim de gerar outras formas de pensar a execução da lei em um município do sul do estado do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

ALMADA, V. P. F. **Escravidão e transição** – o Espírito Santo 1850-1888, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

ALMEIDA, A. W. B. “Os Quilombos e as Novas Etnias”. In: O’DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 83-108, 2002.

ANTAKI, C.; WIDDICOMBE, S. **Identities in talk**. London: Sage Publications, 1998.

ARRUTI, J. M. A. P. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, São Paulo: Edusc., 2006.

BALESTRERO, H. L. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo: sinopse histórica**. Viana: [s.n.], 1979.

BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. (Ed.). **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRASIL. CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola: algumas informações**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE – Brasília-DF, 2011.

BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**. Brasília: Presidência da República, 2006, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União, 10 jan. 2003**. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário oficial [da] União, 11 mar. 2008**. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União, 23 dez. 1996**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

BRASIL. **Palmares Fundação Cultural**. Estrutura organizacional. Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=95>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CARVALHO, A. T. et al. Cartografia do retardo estatural em escolares do Estado da Paraíba. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 3-8, fev. 2000.

CASTELLS, A. N. G. A cor do lugar: o Sertão do Valongo como patrimônio cultural. Ilha. **Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 8 (no prelo), p. 25-26, 2008.

CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. **Relações raciais na escola**: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: UNESCO, 2006.

CASTRO, T. **História Documental do Brasil**. São Paulo: Record, 2001.

COSERIU, E. **O homem e a sua linguagem**. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/Edusp, 1979.

COSTA, C. R. **Príncipe de Wied-Neuwied**. Viagem ao Brasil. São Paulo: Nacional, 1989.

COSTA, M. A. B. **Da identidade a identificação**: estudo sobre as expressões da identidade em logins e nick names no ciberespaço. 2007. 97 f. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Entre o tambor e a Bíblia** – reconhecimento e autenticidade. No prelo, cedido pelo autor. [S.l.]: [s.d.], 2012.

FANON, F. **Pele negras, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA. 2008.

FREITAS, D. **República de Palmares, pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII**. Maceió: Edufal, 2004.

FLORENTINO, M. G.; GÓES, J. R. **A Paz das Senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GIMÉNEZ, G. **Estúdios sobre La cultura y las identidades sociales**. Ed. Consejo Nacional para La cultura y las artes / Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente. México: [s.n.], 2007.

GOMES, A. S. A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre-RS (1931-1958). Mestrado em História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2008.

GOMES, A. S. Curso Procedimentos Didático-Pedagógicos Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira como um Espaço de uma Educação Afrocentrada. In: BITTENCOURT JÚNIOR, I. C.; SABALLA, V. A. **Procedimentos Didático-Pedagógico Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012. p. 199-215.

GOMES, F. S. **Mocambos e Quilombos: Uma História do Campesinato Negro no Brasil**, 2017.

GOMES, N. N. **Alguns termos e conceitos presentes no debate das relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação Antirracista – Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília: SECAD/MEC, 2005. p. 39-45.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina. 2014.

LAMEGO, A. **A terra goitacá: à luz dos documentos inéditos**. Paris: D’art, 1913.

LARRAIN, J. El concepto de identidad. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 21, ago. 2003.

LEFEBVRE, H. **Lu Production de l’Espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.

LEITE, I. B. **O quilombo no Brasil: questões conceituais e normativas**. Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.

LEITE, I. B. Regulamentação de terras de negros no Brasil. **Boletim Informativo NUER**, v. 1, n. 1, 1997.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo 10. São Paulo: Loyola, 2004.

LEVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MATTOS, M. C.C. M. **A diversidade cultural presente nos estoques informacionais das escolas públicas de Santa Catarina: um estudo sobre a implementação da Lei Federal nº 10.639/03**. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

MION, J. G. O. JONGO DE ITAPEMIRIM E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 11, n. 27, p. 230-254, fev. 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/622>. Acesso em: 4 fev. 2020.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVAES, M. S. **A Escravidão e a Abolição do Espírito Santo** (prêmio lítero – científico da Assembleia Legislativa do ES). Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1963.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

PATRÍCIA, M. S. M. **O Nó e o Ninho**: Estudo sobre a Família Escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. 2008. 232 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução Brasileira**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

O'DWYER, E. C. “Laudos antropológicos: pesquisa aplicada ou exercício profissional da disciplina”. In: LEITE, I. B. (Org.). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: ABA/NUER, 2005. p. 215-238.

OSÓRIO, C.; BRAVIN, A.; SANTANA, L. A. **Negros do Espírito Santo**. São Paulo: Escrituras, 1999.

PEREIRA, J. B. B. A criança negra: identidade étnica e socialização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 63, p. 41-45, nov. 1987.

POUTIGNAT, P. **Teorias da Etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução Brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JUNIOR, F. A. **Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530)**. São Paulo: Nacional, 2002.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Linguagem e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

RAMOS, A. **O Negro na civilização brasileira**. 1. ed. [S.l.]: Brasil Cultura Editora, 2001.

RIOS, A. M. L. Campesinatos negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, n. 76, 2007.

RODRIGUES, N. R. **Os Africanos no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SAHLINS, M. **Cultura na prática**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

SALETTTO, N. **Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre na economia cafeeira do Espírito Santo (1888-1929)**. 1985. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa da Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

SANTANA, P. M. S. Educação Infantil. In: **Orientações e ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2010.

SEGATO, R. L. Identidades políticas y alteridades históricas: una crítica a las certezas del pluralismo global. **Anuário Antropológico 97**, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, G. F.; SANTOS, J. A.; CARNEIRO, L. C. C. **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SILVA, J. G. da. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

SILVA, M. K. Uma Introdução à História Oral. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 115-141, 1999.

SODRÉ, E. E. E. A. **Grandes personagens da Nossa História**. São Paulo: Abril Cultural, v. I, 1997.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VIANNA, H. **História do Brasil**. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

WEBER, M. A Economia e as Ordens e Poderes Sociais. In: **Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1. Brasília: UNB, 2000.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. (Org.). **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS ALUNOS

1. Qual a sua idade?
2. Onde você nasceu?
3. Professa algum credo religioso? Qual?
4. Para você, quilombola é:
 uma identidade cultural
 características de um povo
 uma questão ligada a etnia
 não sabe.
5. Você se considera um quilombola:
 sim
 não
6. Você já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Boa Esperança e Cacimbinha?
7. Quais os assuntos você mais gosta de estudar na sua escola?
8. Você acha importante estudar a história e a cultura brasileira?
 sim
 não
Por quê?
9. Você já fez alguma atividade na escola sobre a cultura afro-brasileira ou africana?
Qual(is)?
10. Se pudesse escolher onde morar, continuaria morando na sua comunidade?
11. O que você sabe sobre a história sua comunidade?
12. O que é marcante para você na cultura local das comunidades?
13. Você acha que os elementos culturais que você percebe na sua comunidade são parecidos com a cultura africana?
14. Você alguma vez já se sentiu discriminado por morar na sua comunidade? Como foi?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PAIS DE ALUNOS

1. Qual a sua idade?
2. Onde você nasceu?
3. Professa algum credo religioso? Qual?
4. Qual a sua escolaridade?
5. Para você, quilombola é:
 - () uma identidade cultural
 - () características de um povo
 - () uma questão ligada a etnia
 - () não sabe.
6. Você se considera um quilombola:
 - () sim
 - () não

Por quê?

7. Você já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Boa Esperança e Cacimbinha?
8. Você acha importante que seu/sua filho(a) estude a história e a cultura afro-brasileira?
9. Você gostaria que seu/sua filho(a) continuasse morando na comunidade quando se tornar adulto? Por quê?
10. O que você sabe como surgiu a sua comunidade?
11. O que é marcante para você na cultura local das comunidades?
12. Você acha que os elementos culturais que você percebe na sua comunidade são parecidos com a cultura africana?
13. Você alguma vez já se sentiu discriminado por morar na sua comunidade? Como foi?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PROFESSORES

1. A quanto tempo exerce o magistério na comunidade?
2. Onde você nasceu?
3. Professa algum credo religioso? Qual?
4. Para você, quilombola é:
 - () uma identidade cultural
 - () características de um povo
 - () uma questão ligada a etnia
 - () não sabe.
5. Você já ouviu falar sobre histórias de escravidão na região de Boa Esperança e Cacimbinha?
6. A sua prática pedagógica privilegia questões com foco na cultura local e afro-brasileira com qual periodicidade?
 - () todos os dias
 - () uma vez por semana
 - () uma vez por mês
 - () somente em datas comemorativas específicas
 - () não privilegia.
7. Você acha importante abordar a história e a cultura brasileira em sua prática docente?
 - () sim
 - () não

Por quê?
8. O projeto político-pedagógico da escola foi concebido levando em consideração fatores históricos e culturais da comunidade?
9. Você costuma pesquisar assuntos referentes à cultura africana, identidade ou discriminação racial no momento de planejamento das aulas?
10. Como é a relação da comunidade com a escola?

- participativa
- passiva
- inexistente.

11. O que é marcante para você na cultura local das comunidades?

12. Quais as facilidades e dificuldades para desenvolver temas referentes à cultura afro-brasileira em sala de aula?

13. Como você percebe a receptividade dos alunos quando aborda temas referentes à cultura afro-brasileira em sua prática pedagógica?

- boa
- regular
- inexistente.

14. Quais os conteúdos que ainda não desenvolveu em sua prática docente e julga importante de ser abordado dentro do contexto quilombola?

APÊNDICE D – FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS COM BASE NAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08

Introdução

Nesta pesquisa, propomos sensibilizar professores e educadores, a partir dos respondentes, para uma possível aplicação da lei no ensino de história do negro e da cultura afro-brasileira nas Comunidades Quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha. Uma ação afirmativa que visa reparar necessidades de grupos que por algum motivo tiveram suas condições materiais historicamente prejudicadas. Estas instituições gestoras da educação ainda não tomaram para si o dever de implementar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar como política pública. Essa realidade faz com que as ações docentes nas escolas ainda sejam pontuais, descontínuas e restritas a um indivíduo ou grupo de docente em cada escola, conforme transcreve a Lei nº 10.639:

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil na maioria das vezes é lembrado nas aulas de História com o tema da escravidão negra africana. Esboçamos uma reflexão acerca da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

A educação quilombola e o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, adentram no espaço escolar de forma a tornar as condições de permanência escolar mais igualitárias para as crianças que pertencem a cultura quilombola, as quais assim como toda história do povo negro foram silenciadas por séculos nos currículos. Mas para que seja efetivada uma educação que repense seus modelos culturais e históricos, é necessário que os professores e demais membros da equipe escolar participem de uma formação inicial com qualidade, além de estarem sempre em aperfeiçoamento através da formação continuada. A escola tem o importante papel de viabilizar a superação das diferenças, valorizar e reconhecer as diferentes culturas, empoderando os sujeitos historicamente negados. O Parecer 03/04 também orienta para o princípio de fortalecimento de identidades e direitos.

O Parecer 03/04 visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/200, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

O corpo possui sua manifestação marcadamente cultural, e uma das partes mais significativas desse corpo negro é o cabelo. Analisando como é visto o cabelo negro, podemos compreender no que se pauta o racismo brasileiro, em que consiste ser negro neste país. O cabelo negro deve ser ressignificado na escola, principalmente nas escolas quilombolas, seja crespo, alisado, com tranças. Pois o que parece ser apenas senso estético, na verdade se revela como fruto do desejo de branqueamento da população, do modelo eurocêntrico de estética e de cultura.

A Lei 10.639/03 instaurou nos currículos escolares a obrigatoriedade do ensino sobre a História e a Cultura Africanas e Afro-Brasileiras nos estabelecimentos de educação básica, oficiais e particulares de nosso país. Entretanto, representantes dos movimentos sociais constantemente reclamam que essa lei, desde a sua publicação, datada do ano de 2003, não vem sendo aplicada. Podemos observar que a falta de aplicação da lei se deve, em parte, à indisponibilidade de materiais didáticos específicos, além de pouca oferta de cursos de formação visando à preparação dos docentes ao atendimento da demanda instaurada a partir dessa lei.

Promulgada em 2003, em seu texto completo tornou obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. O conteúdo programático a que se refere a lei deverá ser ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Os programas devem contemplar o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. A Lei também instituiu o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

Os discursos vinculados aos estereótipos instaurados no período pós-abolição, advindos da sociedade hegemônica, abrangeram o negro que, para ser aceito socialmente, precisaria negar-se. Contudo, a identidade negra aqui deve ser entendida de maneira positiva (GOMES, 2005, p. 39-45).

Entende-se a dificuldade de supor a inexistência de materiais didáticos por parte dos professores em virtude do costume de entender a cultura Quilombola como algo estranho a nós mesmos, preconceitos forjados nos resquícios de um ensino básico tradicional, em que comumente se associou africanos e negros a escravos ou a povos

primitivos, sem escrita, enquanto os europeus eram considerados os povos civilizados e, portanto, portadores de escrita, conseqüentemente, de história.

Nesse sentido, a musicalidade, corporeidade, poesia, pesquisas sobre alimentos, parentesco entre quilombolas, territorialidade, podem auxiliar os educadores na aplicabilidade da Lei 10.639, inclusive de maneira interdisciplinar, motivando a troca de experiências entre os professores de história, geografia, música, português e artes, contemplando a assertiva da Lei que enfatiza o ensino da história e da cultura afro-brasileira em todo o currículo escolar compartilhando entre si e com as comunidades quilombolas. Os artigos da lei remetem à contribuição do negro na formação da sociedade nacional. Se por um lado tem-se um forte discurso gerador de estereótipos advindos do passado, por outro é possível estabelecer a partir das mesmas fontes consubstanciadas as ferramentas teóricas atuais, através da crítica histórica, parâmetros interpretativos do cotidiano dos negros.

Uma conquista do Movimento Negro e movimento quilombola, hoje a Lei 10.639 ainda não é efetivamente cumprida em função de um conjunto de intolerâncias e discriminações enraizadas na sociedade brasileira. O não cumprimento dessa lei corrobora a história da África não contada no Brasil, que faz com que não tenhamos referências negras nas ciências; nas artes; na política e em tantas outras áreas do conhecimento registradas nos livros didáticos utilizados nas escolas de ensino fundamental e médio. A dificuldade também se encontra no campo de formação da maioria dos educadores, que não reconhecem a importância da história e da cultura africana e quilombola para a compreensão da verdadeira história do Brasil. É imprescindível que tenhamos a convicção de que se faz necessária, mais do que nunca, a afirmação da identidade negra pelo povo quilombola e a luta de movimentos engajados, a fim de que ele pudesse ser visto como sujeito da história e não como objeto.

Segundo o Conselho Nacional de Educação (2011, p. 11): As comunidades quilombolas no Brasil são múltiplas e variadas e se encontram distribuídas em todo o território nacional. Em algumas regiões elas são mais numerosas e em outras não. Há comunidades que ficam no campo (rurais) e outras que ficam nas cidades (urbanas); que se constituem por meio de fortes laços de parentesco e herança familiar ou não; que receberam as terras como doação e que se organizaram coletivamente e adquiriram a terra. Para os quilombolas, pensar em território é considerar um pedaço de terra como algo de uso de todos da comunidade (é uma terra de uso coletivo) e algo que faz parte deles mesmos, uma necessidade cultural e política da comunidade que está ligada ao direito que possuem de se distinguirem e se diferenciarem das outras comunidades e de decidirem seu próprio destino. Eles vivem em territórios que

podemos chamar de tradicionais: “Os territórios tradicionais são espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária(...)”. (Artigo 3, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007). (CNE, 2011, p. 11).

Assim, a Lei 10.639/03 vem propiciar melhores condições de ensino, aprendizagem e valores educacionais. A prática e a implementação da lei é uma tarefa de todos, não apenas dos professores, alunos, mas, inclusive da sociedade em geral. O desenvolvimento desta pesquisa permitiu constatar a partir do respondente aluno; pais e professores a sua visão e seu entendimento quanto a identidade quilombola nas comunidades.

Pode-se entender por estes questionamentos realizados com os docentes, discentes e pais de alunos que a base curricular conforme a Lei 10.639/03 ainda não é trabalhada na escola, os mesmos necessitam de uma especialização mais aprofundada sobre o quesito quilombolas, suas culturas e tradições, mas principalmente no trato sem discriminação racial. Ressaltam Silva; Santos e Carneiro (2008, p. 299), que todos nós “carregamos em nossa história diferenças culturais e que essa diversidade é central nos processos de socialização, de construção do conhecimento, de nossas identidades e de nossa vida profissional”. Coloca ainda que seja necessário compreender que os professores e alunos além de pertencerem a uma determinada classe social, “são sujeitos de um processo histórico e cultural que forjou imaginários e representações diferenciadas, herdadas de nossas pertencas de gênero, raça/etnia e do lugar social que ocupamos”. Dessa maneira, o saber e o trabalho docente se constituem na mediação com muitos outros saberes e vivências. Gomes (apud SILVA; SANTOS; CARNEIRO, 2008, p. 299) coloca que “os educadores nem sempre reconheçam que são portadores de valores ideológicos e culturais, decorrentes destes pertencimentos, através dos quais desenvolvem a sua prática social e pedagógica”.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, o Brasil é considerado o segundo maior país negro do mundo, com 96.795.294 habitantes que se declaram negros. E a população indígena, residente no Brasil, contabilizada pelo quesito cor ou raça corresponde a aproximadamente 818 mil pessoas.

Isso sem contar o acréscimo de 78,9 mil pessoas, as quais se declararam de outra cor ou raça, mas se consideravam indígenas de acordo com tradições, costumes, cultura e antepassados, entre outros aspectos. Com isso, a população indígena registrada pelos dados do IBGE soma um total de 896,9 mil pessoas.

Passados dois séculos de lutas após a Abolição da Escravatura no Brasil, a cultura negra deve ser reverenciada, assim como, sua luta e resistência na construção dessa Nação. Para o especialista em História e Cultura Afro-brasileira, José Geraldo Oliveira Mion, é preciso ir além...

Necessário é pôr em prática a Lei Nº 10.639/03 para que não se perca no tempo, no espaço, no descaso e no esquecimento, esse passado tão varonil de nossos antepassados que, com sangue, fome e suor, até hoje nos presenteiam com sua cultura, sua arte, sua culinária, suas crenças (MION, 2015, p.39).

Para o autor, apesar da morosidade em sua aplicação, a obrigatoriedade da 10.639/03 tende a fazer justiça àqueles que mais contribuíram para com o desenvolvimento do País.

Essa lei, segundo Mion(2015) propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, onde, por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

O que se propõe ou se sugere às escolas quilombolas de Presidente Kennedy são ações voltadas à formação continuada dos profissionais da Educação do município, por meio das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Com a Lei 10.639/03 também foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares.

O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil. Sendo assim, como trabalhar com essa temática em sala de aula? Os livros didáticos já estão quase todos adaptados com o conteúdo da Lei 10.639/03, mas, como as ferramentas que os professores podem utilizar em sala de aula são múltiplas, podemos recorrer às iconografias (imagens), como pinturas, fotografias e produções

cinematográficas.

Já a Lei 11.645/08 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.

Resumindo, estas leis tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Isso implica a necessidade de abordar a temática em questão no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica.

Ao considerar que o Brasil é um país marcado pela diversidade social e que, portanto, vários povos fazem parte da nossa identidade nacional, sobretudo, os índios - que antes mesmo da chegada dos colonizadores, já habitava no território brasileiro –reconheceu-se a necessidade do respeito e do reconhecimento à cultura indígena, por essa razão, foi promulgada a Lei 11.654, em 2008, que complementou a Lei 10.639 alterando a redação do artigo 26 – A, acrescentando, ao lado do grupo étnico dos negros, o estudo sobre os índios.

Assim, a lei passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (BRASIL, Lei 11.645/08)

Conforme se pode constatar, a instauração dessa lei objetiva uma mudança no que tange à compreensão da construção do Brasil, uma vez que visa mostrar que os grupos étnicos – indígena e negro – assim como os europeus exerceram influência na história brasileira, sobretudo nas áreas social, política e econômica, o que corrobora a necessidade de serem estudadas na educação básica.

SEMINÁRIO REALIZADO NAS ESCOLAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BOA ESPERANÇA E CACIMBINHA

12 de fevereiro

1 – Conversação / discussão com a liderança de Tania Marcia Hora Ferreira sobre Identidade quilombola

2 – Palestras nas escolas sobre a cultura negra no município.

13 de fevereiro

Apresentação – Mostra de vídeo nas escolas

*Quanto vale? É por quilo?

*Kiriku

14 de fevereiro – 15h – Apresentação cultural

Jongo, Caxambu, Capoeira.

ANEXO A – SOLICITAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DO DECRETO À PREFEITURA

COMISSÃO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO, CEAFFRO-PK

À
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE KENNEDY
Ilma Srª Drª Fátima Agrizzi Ceccon
Secretária Municipal

Leonardo dos Santos, Brasileiro, Solteiro, Mestrando em Ciência e Tecnologia da Educação, inscrito no CPF sob o nº 071.467.977-16 e no RG nº 1.382.661 - SPTC, residente e domiciliado à Estrada Principal, s/n – Cacimbinha – Zona Rural, na cidade de Presidente Kennedy - ES, **Presidente da Comissão**, vem respeitosamente requerer a Vossa Senhoria se digne a conceder-lhe análise e providencias quanto a mudança no **Decreto Municipal 072 de 21 de outubro de 2009**.

Solicito ainda a mudança dos componentes da Comissão de Estudos Afro Brasileiros – CEAFFRO/PK.


Informo que as razões que me levam a esta solicitação, refere – se a sugestão de reativação da comissão e dos estudos, para uma efetiva implantação da Lei: 10.639/2003 – 11.645/2008.

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de elevada estima e consideração.

Termos em que,

Pede deferimento.

Presidente Kennedy, 13 de fevereiro de 2020.


Leonardo dos Santos
DECRETO 072/2009



PROTOCOLO - DMPK
Mº004832/2020

13/02/2020
11:38:25



- LEONARDO DOS SANTOS

REQUER ANALISE E PROVIDENCIA E PROVIDENCIA
QUANTO A MUDANÇA DO DECRETO 072 DE 21 DE
OUTUBRO DE 2009

Chave de Consulta - 2865506462020



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETO N.º 072/09

DE 21 DE OUTUBRO DE 2009

CERTIDÃO

Decreto n.º 072/09

Publicado na forma do art. 69 da Lei Orgânica Municipal com redação dada pela Emenda nº 001, de 13/12/02.

Em. *26/10/2009*

Servidor:

~~_____~~ O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS -CEAFRO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

Art. 1º. Fica constituída uma comissão, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, destinada a promover estudos e viabilizar ações com vistas à implementação, no Sistema Municipal de Ensino do Município de Presidente Kennedy, das disposições da Lei nº 10.639/2003, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), estabelecendo a inclusão no currículo oficial da obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", dentre outras providências.

Art. 2º. A comissão será composta pelos membros Leonardo dos Santos, Aliciane Orechio, Marlene Augusto, Ruth Ramos, Angelita Alves Almeida, Leila Maria Rainha de Orechio, Geovana Quinta Costalonga, Clarindo de Oliveira Fernandes e Ederlina Salmar do Carmo Barreto.

Art. 3º. A Presidência da Comissão será exercida pelo membro Leonardo dos Santos.

Art. 4º. A Comissão reunir-se-á, ordinariamente, conforme calendário previamente aprovado e, extraordinariamente; quando necessário.

Art. 5º. À Comissão compete:

I- Sensibilizar os educadores do Sistema Municipal de Ensino a desenvolverem uma pedagogia pluriétnica e multiracial por meio de curso de formação, palestras, debates, discussões e similares, no que diz respeito às questões afro-brasileiras;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

II- Potencializar, reativar e implantar trabalhos nessa área, destinados à educação infantil, ensino fundamental de jovens e adultos;

III- Adquirir material bibliográfico para subsidiar a comunidade escolar (alunos e professores);

IV- Dispor de um acervo de documentação específica na Secretaria, com vistas a subsidiar decisão do titular da pasta de educação;

V- Participar efetivamente da reformulação da proposta curricular do Sistema Municipal de Ensino em todas as áreas de conhecimento;

VI- Estimular a produção científico-cultural e de material didático de matrizes africanas destinadas à educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos;

VII- Difundir, através de marketing específico, a contribuição de negros (as) de destaque em variadas áreas de atuação;

VIII- Analisar as propostas de cursos de formação, palestras, assessorias e consultorias para subsidiar decisão do titular da pasta da educação;

IX- Estabelecer intercâmbio com instituições da sociedade civil afins e, especialmente, com o Movimento Negro local e nacional;

X- Elaborar uma agenda de datas significativas referentes a cultura afro-brasileira.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

Certidão

Certifico que Decreto
072/2009

Foi publicado na forma de art. 56 da lei orgânica municipal com redação dada pela emenda nº 007, de 20/02/2009,

Data: 26/10/2009

Servidor

BUA ÁTLA VIVACQUA

Presidente Kennedy-ES, 21 de outubro de 2009.

Reginaldo dos Santos Quinta
Reginaldo dos Santos Quinta
Prefeito Municipal



PROCOLO CÂMARA
Nº 002597/2009
Prefeitura Mun. Pres. Kennedy
26/10/2009

Decreto N° 072/2009-Designa
Membros p/Compor a CEAFFRO de
PK e dá Outras Providências.

PABX/TELEFAX (28) 3535-1306 - FONE (28) 3535-1900